

Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dez de junho de dois mil e quatorze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Evangelho de Mateus – Capítulo 7, versículos de 1 a 5: “Não julguem, e vocês não serão julgados. De fato, vocês serão julgados com o mesmo julgamento com que vocês julgarem, e serão medidos com a mesma medida com que vocês medirem. Por que você fica olhando o cisco no olho do seu irmão, e não presta atenção à trave que está no seu próprio olho? Ou, como você se atreve a dizer ao irmão: ‘deixe-me tirar o cisco do seu olho’, quando você mesmo tem uma trave no seu? Hipócrita, tire primeiro a trave do seu próprio olho, e então você enxergará bem para tirar o cisco do olho do seu irmão.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Ângelo Roberto Torres. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. Em seguida, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, das Indicações dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; a seguir, em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER n.º 047/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar convênio com entidades educacionais visando conceder

oportunidade de estágio obrigatório e não remunerado a estudantes, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 054/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que altera, conforme especifica, a Lei Municipal nº 2.190/2013, que institui Bolsa Moradia e Bolsa Alimentação para médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil/Programa Mais Médicos do Governo Federal, e dá outras providências; 3. Ofício DER nº 056/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que institui, no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS Municipal, e dá outras providências, depois de lidos, foram encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; 4. Ofício SEGOV nº 0251/2014, dando resposta ao Requerimento nº 037/2014, do Sr. Adilson José Abracez, solicitando informações se a aprovação do loteamento Reserva da barra e o balão de acesso ao loteamento Lago da Barra obedeceu às diretrizes viárias da Lei de Diretrizes nº204/2012, Anexo IV, onde prevê a implantação de uma via arterial junto à Rodovia Airton Senna, lado direito no sentido à Santo Antonio de Posse; 5. Ofício SEGOV nº 0310/2014, dando resposta ao Requerimento nº 048/2014, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações do motivo da placa denominativa existente no bairro Florianópolis está constando “Rua G.B.” e não “Rua Gildo Bassani; 6. Ofício SEGOV nº 0311/2014, dando resposta Requerimento nº 053/2014, do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações se há previsão para a construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS que atenda aos Bairros Nova Jaguariúna I, II e III, Jardim Botânico e Colinas do Castelo; 7. Ofício SEGOV nº 0312/2014, dando resposta ao Requerimento nº 062/2014, do Sr. Adilson José Abracez, solicitando sobre a correção da placa denominativa da Av. Vincenzo Grangheli, para “Av. Vincenzo Granchelli”, Bairro João Aldo Nassif; 8. Ofício SEGOV nº 0313/2014, dando resposta ao Requerimento nº 082/2014, do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações sobre tratativas com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia visando a instalação de uma Escola Técnica – ETEC no Município; 9. Ofício SEGOV nº 0314/2014, dando resposta ao Requerimento nº 093/2014, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações sobre quando o problema da higienização do banheiro público da praça Umbelina Bueno será resolvido; 10. Ofício SEGOV nº 0315/2014, dando resposta ao Requerimento nº 0254/2013, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações dos motivos que não existem calçadas pavimentadas na rua Figueira, no Bairro Roseira de Baixo, ao lado da FAJ Interclínicas; 11. Ofício SEGOV nº 0317/2014, dando resposta ao Requerimento nº 089/2014, da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, solicitando informações sobre o funcionamento do Programa de Reciclagem,

(equipamentos de segurança, transporte adequado, etc; 12. Ofício SEGOV nº 0318/2014, dando resposta ao Requerimento nº 030/2014, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações o motivo do Portal da Transparência do site da Prefeitura estar inoperante há mais de 15 dias, e quando voltará a funcionar; 13. Ofício SEGOV nº 0319/2014, dando resposta ao Requerimento nº 043/2014, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações do motivo do arquivo das edições do jornal “Imprensa Oficial” não é publicado no site da prefeitura no mesmo dia em que o jornal é distribuído na cidade; 14. Ofício SEGOV nº 0321/2014, dando resposta ao Requerimento nº 0175/2013, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações sobre o estado de abandono do Parque Serra Dourada; 15. Ofício SEGOV nº 0322/2014, dando resposta ao Requerimento nº 151/2013 do Sr. Alexandre da Silva Santos de quando será realizada a operação tapa buracos no bairro Cruzeiro do Sul; 16. Ofício SEGOV nº 0323/2014, dando resposta ao Requerimento nº 058/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações listagem das creches ou escolas particulares onde pais adquiriram na Justiça o direito á vaga, bem como o número de crianças matriculadas em cada uma delas e o valor pago por essas crianças; 17. Ofício SEGOV nº 0325/2014, dando resposta ao Requerimento nº 066/2014, dos Srs. Fábio Augusto Pina e Gerson Antonio, solicitando informações sobre o levantamento das perdas financeiras do Fundo de Previdência do Jaguar Prev, e envio de cópia dos balancetes financeiros, mês a mês, desde o início do seu funcionamento; 18. Ofício SEGOV nº 0334/2014, dando resposta ao Requerimento nº 0216/2013, do Sr. Alexandre da Silva Santos, solicitando informações de quanto foi gasto na colocação das palmeiras na Fazenda da Barra e qual o intuito da colocação dessas palmeiras. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidos: Requerimentos: 1. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informar o número exato de cargos em comissão e de pessoas autônomas que trabalham para essa Prefeitura, bem como os valores gastos com a folha de pagamento dessas pessoas; 2. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre previsão para conclusão da iluminação pública da avenida Sylvio Rinaldi, em frente ao Bon Netto Supermercados, uma vez que existe aproximadamente 10 postes que ainda não tem, se quer, o braço de iluminação (com copia para CPFL Jaguari); 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando a Casa mudança do dia da 15ª Sessão Ordinária desta Casa, do dia 17 para o dia 18 de junho corrente; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando serão colocadas a pia e a porta do Posto (UBS) no

Bairro Roseira de Cima; 5. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar sobre o motivo de tantos cancelamentos de exames agendados nos Postos de Saúde e no Hospital Walter Ferrari; 6. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar se existe algum projeto para marcar consultas via telefone, nos Postos de Saúde e Hospital de nosso Município; 7. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando será realizada a cobertura na área interna de espera do UPA; 8. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar porque as inscrições para vagas nas creches serão feitas somente em agosto; 9. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Renovias Concessionária S/A, solicitando a construção de uma passarela em frente ao ponto de ônibus do Bairro Bananal, ligando as duas pistas na Rodovia SP-340 - sentido Jaguariúna-Campinas; (com cópia para a EMTU); 10. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Vereador William de Souza Silva – Zidane, para apresentar a Casa, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, provas documentadas referentes à informação passada ao Jornal “Gazeta Regional”, Edição de 07 de junho corrente, onde ele disse que: “o jornal é bancado com o dinheiro da Câmara e que tem a única função de fazer propaganda do presidente e do outro vereador do partido”; 11. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando à empresa Telefônica/Vivo instalação de uma torre de telefonia celular no bairro Santo Antonio do Jardim, neste Município. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que as Sessões Legislativas sejam transmitidas “on line” e em tempo real; 2. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal instalação de uma bomba de pressurização na rede de água que abastece o bairro Roseira de cima para aumentar a vazão de água para as residências daquele bairro; 3. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal colocação de um bebedouro na Rodoviária Municipal; 4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal enquanto não se fecha de forma adequada a área pública conhecida como "Bosque da Colina do Castelo", localizada na Av. Milton Fortunato Guglielminetti, seja melhorada a cerca de arame farpado existente junto à avenida, fechando os espaços abertos e diminuindo os vãos entre os fios de arame; 5. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal, executar operação tapa buracos nas ruas do Bairro Santa Cruz; 6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal

providências com a máxima urgência a cobertura de todas as quadras poliesportivas das escolas municipais. Moção da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco de congratulações e louvor à E.E. “Prof. Júlia Calhau Rodrigues” pela apresentação do Projeto Ações Sustentáveis, ocorrido no dia 04 de junho corrente, no Teatro Municipal. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 005132/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 7.762,84; 2. Comunicado nº 009066/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.156,73; 3. Comunicado nº 016966/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.156,73; 4. Comunicado nº 024939/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 11.549,58; 5. Comunicado nº 028854/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.156,73; 6. Comunicado nº 028855/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.156,73; 7. Comunicado nº 001822/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.200,00; 8. Comunicado nº 000267/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.480,00; 9. Comunicado CM nº 106303/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 1.600,00; 10. Carta da CPFL Jaguariúna retificando e convidando para Audiência Pública – COCEN CPFL Jaguari, dia 18 de junho de 2014, às 19h00 – no auditório da Associação Comercial de Jaguariúna; solicita, ainda, se houver interesse, indicação de candidatos para participação junto ao Conselho de Consumidores, no período de 04 a 17/06/2014 11. Ofício nº 142/2014/SR Campinas da Gerência da Caixa Econômica Federal, dando resposta à Moção nº 016/2014 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco de repúdio contra a Caixa Econômica Federal e à Empresa CPF - Engenharia e Participações Ltda. por mais uma vez ter prorrogado o prazo para entrega do empreendimento Condomínio Residencial Jaguariúna I, nesta cidade; 12. Ofício nº 201/2014 do Sr. Secretário Municipal de Segurança Pública dando resposta à solicitação via fone feita em 05 de junho corrente, sobre aplicações de infrações de trânsito por Guardas Municipais. 13. Processo nº 05/2014 – Finanças e Contabilidade – Balancete Mensal relativo à Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna mês março/2014; 14. Processo nº 06/2014 – Finanças e Contabilidade – Balancete Mensal relativo à Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna mês março/2014; 15. Processo nº 07/2014 –

Finanças e Contabilidade – Balancete Mensal relativo à Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna mês Abril/2014; 16. Processo nº 08/2014 – Finanças e Contabilidade – Balancete Mensal relativo à Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna mês Abril/2014; 17. Convite da Escola SENAI Jaguariúna para Formatura dos Cursos Técnicos em Eletrônica e Informática – dia 13 de junho, às 19h no Teatro Municipal “Dona Zenaide”. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: Primeiramente o Sr. Presidente comunicou que, pela ausência do Vereador Ângelo Roberto Torres naquela Sessão, por motivos de saúde na família, os requerimentos de autoria do Vereador seriam votados no Expediente da Décima Quinta Sessão Ordinária, sendo eles: 1. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando serão colocadas a pia e a porta do Posto (UBS) no Bairro Roseira de Cima; 2. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar sobre o motivo de tantos cancelamentos de exames agendados nos Postos de Saúde e no Hospital Walter Ferrari; 3. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar se existe algum projeto para marcar consultar via telefone, nos Postos de Saúde e Hospital de nosso Município; 4. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando será realizada a cobertura na área interna de espera do UPA; 5. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar porque as inscrições para vagas nas creches serão feitas somente em agosto; 6. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Renovias Concessionária S/A, solicitando a construção de uma passarela em frente ao ponto de ônibus do Bairro Bananal, ligando as duas pistas na Rodovia SP-340 - sentido Jaguariúna-Campinas; (com cópia para a EMTU). A seguir em votação: 1. Requerimento dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informar o número exato de cargos em comissão e de pessoas autônomas que trabalham para essa Prefeitura, bem como os valores gastos com a folha de pagamento dessas pessoas, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre previsão para conclusão da iluminação pública da avenida Sylvio Rinaldi, em frente ao Bon Netto Supermercados, uma vez que

existe aproximadamente 10 postes que ainda não tem se quer o braço de iluminação (com copia para CPFL Jaguari) , em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Casa mudança do dia da 15ª Sessão Ordinária desta Casa, do dia 17 para o dia 18 de junho corrente, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao vereador William de Souza Silva – Zidane, para apresentar à Casa, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, provas documentadas referentes à informação passada ao Jornal “Gazeta Regional”, Edição de 07 de junho corrente, onde ele disse que: o jornal é bancado com o dinheiro da Câmara e que tem a única função de fazer propaganda do presidente e do outro vereador do partido, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando à empresa Telefônica/Vivo instalação de uma torre de telefonia celular no bairro Santo Antonio do Jardim, neste Município, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Moção da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco de congratulações e louvor à E.E. “Prof. Júlia Calhau Rodrigues” pela apresentação do Projeto Ações Sustentáveis, ocorrido no dia 04 de junho corrente, no Teatro Municipal, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por seis minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. David Hilário Neto, que a passou; tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que ia fazer uso da tribuna e era rápido, e que tinha recebido os requerimentos que o Presidente não tinha colocado na pauta, mas eles tinham que assumir responsabilidades mesmo feito em exercícios anteriores; com relação à parte jurídica da Câmara Municipal, houve uma Ação Civil Pública na época da presidente Fernanda, e quem respondeu em dois mil e nove foi ele, e que ele firmou um acordo junto à Promotoria com o Dr. Leonardo, e a Juíza, que não se lembrava o nome, onde a Assessoria Jurídica e a Assessoria de Imprensa, seria de confiança do Presidente, fosse ele qual fosse, e que ele só estava falando o que ele fez para se ter conhecimento que houve uma Ação Civil Pública e foi homologada judicialmente e que ele teve que fazer concursos públicos na Câmara para cargos em comissão e que foi ele que fez esse acordo, também; com relação ao contrato firmado com a Suse, quem fez o primeiro contrato também foi ele na Câmara Municipal, e que não era de agora, vinha desde de dois mil e nove, e que só dando resposta ao requerimento que não entrou, mas que achava que

todo mundo tinha que saber o que foi feito e ele só estava ali esclarecendo; desejou boa noite; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva que a passaram; tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos dizendo que respondendo ao questionamento do Vereador Fábio Pina disse que fez sim, que agradecia o Vereador pela colocação, e confessava que não tinha tal informação importante, e que era importante que eles tivessem esse tipo de informação até para fundamentar outras ações e colocava uma atitude que ele fez, e que ele tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara, e que era importante que todos soubessem pelo seguinte fato: eles tinham aí seus nomes envolvidos na imprensa, a Câmara de Jaguariúna aumentou seus gastos, os Vereadores estavam gastando demais, tiveram aí os Colegas Vereadores que viajaram recentemente para Brasília buscando recursos para o Município de Jaguariúna, não viu matérias, ênfases, neste sentido, os Vereadores estavam trabalhando, buscando recursos; quantos Vereadores, diariamente, iam para São Paulo, na Assembleia Legislativa buscar recursos, defender os interesses da sociedade, e não viu ênfase neste sentido, e que viu ênfase no aumento dos gastos dos Vereadores; disse que uma dificuldade muito grande que tinha na Câmara era a questão jurídica, os novos Vereadores chegavam, o Regimento Interno era muito complexo, muitas vezes obscuros em algumas situações, e que dependiam efetivamente de uma análise jurídica e muitos Vereadores questionavam e que ele já recebeu, conversou com vários colegas sobre essa questão jurídica no exercício do mandato, alguns Vereadores que tiveram seus nomes expostos na imprensa em geral, ficaram indefesos na questão do jurídico, e perguntou se o Vereador, no exercício do mandato, ele podia contar com o apoio jurídico do Câmara? No exercício do mandato, defendendo a população, reivindicando, ele poderia contar pelos excessos da imprensa, pelos questionamentos, pela questão em geral, muitas vezes eles questionavam a atitude do Presidente, será que podia, perguntou; disse que tinha que ter um jurídico independente, sem ser comissionado, nomeado pelo Presidente; disse que várias outras Câmaras, e não era ele que estava inventando, tinha esse mecanismo, e que nesta Câmara eles não tinham, e ele pleiteou, ressalvadas as ideias, as picuinhas, nada contra os advogados, não tinha nada, todas, absolutamente, todas suas atitudes ali nunca foram pessoais a ninguém, ele não tinha problema, não tinha inimigos, os que teve, já tinha tomado as providências, não tinha inimigos; disse que ali eles discutiam ideias, e que tinha um respeito muito grande pelos advogados na Câmara, questionou o

requerimento do Sr. Presidente, e que ficava triste com o Sr. Presidente porque ele deveria discutir com o Plenário, não pôs para discussão, fez a interpretação rígida da norma do Regimento Interno, não ia colocar para discussão, sendo que poderiam discutir, com os Colegas Vereadores; disse que o Sr. Presidente, no exercício de suas prerrogativas não colocou para discussão em Plenário para ir direto ao ponto; disse achar que eles ficavam com caráter meio prejudicado uma vez que o Jurídico, tudo o que eles, Vereadores, iam fazer, dependiam de autorização do Presidente; disse que quantas vezes tiveram ali reunião da Comissão da CPI apuratória, investigatória, e não tiveram Jurídico lá, e fez comentários; disse que tiveram que se reportar ao Presidente, fizeram o ofício, e o Sr. Presidente falou que estava à disposição, tanto o Jurídico como outros funcionários, como ocorria na outra Comissão; mas tendo sempre esta dificuldade; disse que era claro e nítido, e que não iam ficar com demagogia; disse que tinham que ter essa independência; essa discussão do procurador, do advogado da Câmara já vinha de vários municípios que se adequaram e tinha o procurador advogado da Câmara que ele era concursado independente para ficar à disposição da Câmara e dos Vereadores no exercício do mandato, não em atividades particulares, e que não tinham ali; tinham um advogado, e ali ressaltados seu respeito aos causídicos advogados que tinham na Câmara, que eram pessoas competentes, eram pessoas que mereciam seu elogio, nunca teve problema com esses profissionais, e que questionava algumas condutas, aliás ele tinha que questionar, porque se fosse para ele ir ali e fazer “amém”, eles não tinham santo ali, não estavam na igreja, e que ele questionava no exercício do mandato, e que não tinha culpa que a sua postura era essa de ficar questionando, mas ele tentava seguir o que a norma falava; disse, ao Sr. Fábio Pina, que ele tinha feito aquele questionamento, justamente para isso, para colocar a questão que o Advogado tinha que ser independente, e que achava que tinha que ter o concurso público, e que eles, Vereadores, não tinham que ficar reféns ao Presidente para terem advogados, e que muitas das questões, inclusive do Vereador, não se teve o amparo jurídico e que iria contratar e era caro; disse que tiveram questões para discutir de interesse dos Vereadores, e tiveram que entrar com ações particulares, porque pela Câmara o Sr. Presidente não autorizou, como a questão daquele fato obscuro, da questão que houve da legislação passada que eles não puderam discutir e que era isso; não era pessoal, não tinha nada contra ninguém pessoal, agradecia ao Vereador, que o objetivo era esse; disse que iria aproveitar nos seus quatro segundos, que esperava deles o mesmo tratamento, os mesmos esclarecimentos, como o Sr. Presidente fez o requerimento dele, ele iria fazer um requerimento ali

questionando o mesmo; o Sr. Presidente comunicou que o tempo do Vereador havia se esgotado; o Vereador agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abruhez que cumprimentou a todos, em especial àqueles que estavam sempre participando, os ajudando a fazerem o trabalhos deles; disse que queria ali só passar a informação, que no dia anterior eles tiveram uma audiência pública sobre a proposta de uma lei criando o plantão das farmácias, e disse que não precisaria até de uma audiência pública e que fizeram uma audiência pública, fizeram a audiência pública para que pudessem aperfeiçoar a proposta, tiveram a participação dos farmacêuticos, alguns moradores, e que gostaria que quem tivesse aí pudesse contribuir com alguma ideia, alguma coisa, que passasse a Casa, que eles estavam dispostos, que tivessem, sim, o Plantão, e que esta era a proposta, era o objetivo, mas queriam que ele fosse justo para todos e que atendesse a todos; agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que a passou; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que em resposta ao Vereador que indagou mais uma vez a Presidência e o trabalho dela, só ressaltou, que quando entraram em noventa e sete na Casa, a estrutura da Casa era bem pequena e nem assessores eles tinham, e precavidos como foram naquela época, procuraram estudar muito bem a Lei Orgânica e o Regimento Interno, que era isso que, realmente, determinava tudo aquilo que eles podiam agir dentro da Casa, tinham que seguir à risca, e que se o fizesse o Vereador que já tinha um conhecimento na área jurídica antes de assumir o mandato achava que o Vereador não precisaria de nenhuma assessoria jurídica para poder ajudá-lo a se conduzir na sessão, ou ele trocava a assessoria dele, e que na época deles eles nem tinham uma assessoria, e contratava um advogado como assessor para que ele tivesse esse auxílio; disse que, com relação dada a esta Casa, o tratamento era igual para todo mundo, era acompanhado nas reuniões de Comissões, nas apresentações de projetos, nas reuniões, nas CPIs, mas o Jurídico só iria elaborar os documentos, as decisões e aquilo que, realmente, a CPI implantasse e decidisse era por conta dela, e que ela tinha essa soberania, só uma orientação por parte jurídica ,enfim... Disse ao nobre Par que tinha muitos dos requerimentos que o Vereador tinha feito ali, que era só matéria interna, que ele podia discutir pessoalmente com ele, fazer um requerimento interno, procurá-lo para discutir, onde ele iria ter todas as informações, e disso ele não deveria ter dúvida; disse que em alguns requerimentos o Vereador estava convidando pessoas da população, ou pessoas públicas que faziam um trabalho na sociedade para virem na Casa se esclarecer, e disse para imaginarem se o Congresso Nacional fosse ter que chamar todo

mundo que era criticado, que um deputado era criticado, iria ter um monte de gente lá para dar justificativa; disse que eles eram pessoas públicas e alvo de críticas, assim como o Vereador, e que muita gente o defendia e muita gente o criticava, também, e tinham que assumir isso daí, e na medida da pessoa que eles eram, receber as informações e aceitá-las, e que não eram só elogios, não eram só louros durante a vida pública deles, e que toda vez que alguém os indagasse eles tiveram que chamar para uma inquisição ficava difícil; o nobre Vereador, achava que ele tinha o costume através da profissão dele de querer extrair de alguns depoentes alguma informação e que ali na democracia e no parlamento deles era diferente, eles não tinham que pedir a justificativa de ninguém, das opiniões que eles tinham a respeito deles, Vereadores, principalmente, da imprensa, e que, então, aí, naquele dia, a sociedade estava de uma certa forma toda ela equipada com celulares, máquinas fotográficas, que ficava até difícil coibir alguém de os estar filmando, as imagens estavam aí e estavam para todo mundo, estava para todo mundo ser reproduzido, ainda mais eles, pessoas públicas, e que se o Vereador estava indignado com algumas pessoas que faziam da imagem dele, algo do que ele não estava contente, elas estavam aí, era para convidá-las para conversar, batesse um papo, mas não inquirindo-as através de um processo que achava que o Vereador estava meio acostumado de chamar numa delegacia, de colocar as pessoas como bandidos, “por que você está fazendo isso ou aquilo”, e que não era essa a função da Câmara, e voltou a fazer que eram atitudes internas que cabia a cada um decidir, assim como à Mesa da Câmara decidia sobre quem deveria trabalhar aqui ou não, de que forma fosse, enfim, voltou a dizer que até dia trinta e um do doze, estava como Presidente, e que achava que a Casa estava com uma estrutura boa muito maior do que aquela que eles tinham, com gastos muito maiores do que aquelas que eles tinham em noventa e sete, e que, realmente, cabia a eles ter um zelo pelo dinheiro público e que era isso que ele fazia ali, e voltou a dizer que todos tinham o mesmo respaldo e a mesma tranquilidade para poder trabalhar através dos seus projetos de lei que eram apresentados ali, havia toda assessoria disponível para que isso transcorresse normalmente, e valia contar que muitas das vezes cabia muito mais as decisões deles políticas ali, do que a própria decisão jurídica que contestava algumas vezes a autoria de algum projeto através da iniciativa, enfim... mas eles estavam lá para orientá-los; agradeceu, desejando boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi

anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Ângelo Roberto Torres. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: Projeto de Lei nº 030/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 031/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a queimada de mato, lixo, entulho e demais detritos em terrenos baldios, nas calçadas e vias públicas da zona urbana do Município, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. Em Discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo, Alexandre da Silva Santos, Adilson José Abrucez, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rodrigo da Silva Blanco foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar convênio com entidades educacionais visando conceder oportunidade de estágio obrigatório e não remunerado a estudantes, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 047/2014, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Romilson Nascimento Silva como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do relator especial designado, favorável ao projeto; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 035/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar convênio com entidades educacionais

visando conceder oportunidade de estágio obrigatório e não remunerado a estudantes, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.); em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo, Alexandre da Silva Santos, Adilson José Abruhez, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rodrigo da Silva Blanco foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que altera, conforme especifica, a Lei Municipal nº 2.190/2013, que institui Bolsa Moradia e Bolsa Alimentação para médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil/Programa Mais Médicos do Governo Federal, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 054/2014, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Alexandre da Silva Santos como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do relator especial designado, favorável ao projeto; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 036/2014, do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica, a Lei Municipal nº 2.190/2013, que institui Bolsa Moradia e Bolsa Alimentação para médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil/Programa Mais Médicos do Governo Federal, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.); em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2014, do Executivo Municipal, que inclui o inciso XVII, ao art.1º, da Lei Complementar Municipal nº 127/2007, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna, conforme especifica. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I. cc art. 142 da LOM). O Sr. Presidente comunicou que o Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade foi lido em Sessão Ordinária realizada em 20 de maio de 2014. Pela ordem, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva apresentando pedido de vistas ao referido projeto, baseado no artigo 229, parágrafo único, do Regimento Interno; em discussão o pedido de vistas, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, dizendo aos nobres Colegas Vereadores que vinha na tribuna, mais uma vez, pedir a atenção de todos, pedir a atenção de todos para

ele tentar, ao menos, entender o processo legislativo, ao menos entender, ao menos em tese, o porquê dele estar ali como Vereador; disse que tinham aí a discussão daquele projeto, era aquele que falava da vinda do shopping, do tão sonhado shopping para o Município de Jaguariúna, onde os empresários vieram aqui, expuseram os seus objetivos da vinda desse shopping; verificaram os interesses dos empresários da vinda do shopping, tinham a área adquirida por esses empresários, propriedade particular para a vinda desse shopping, viram o esforço da gestão passada, e disse de deixar claro que a discussão do shopping vinha desde a gestão passada, e que não conseguiu implantar, transpassou para esta gestão, e de uma forma aí, e ele, dentro do excesso de atividades viu uma discussão muito rápida, tentou discutir com os Vereadores, para eles terem um pouco mais de tempo, para eles analisarem com calma, tiveram o apoio, na época, na reunião de Comissão do Colega Vereador Fábio Pina, que também entendeu que a situação tinha ainda muito assunto para ser discutido, não colocaram em algumas reuniões de Comissões, pediu desculpas pela franqueza, mas seu compromisso era público, deixava claro, com a sociedade, desde o início, e pediu para fazerem isso; disse que tiveram as discussões nas reuniões das Comissões, tiraram o projeto, tiveram a intervenção do Sr. Presidente para votarem o projeto, e que votassem sim ou não, iria colocar o projeto em votação; disse que argumentaram que estavam discutindo, mas ele disse que sim ou não iria colocar o projeto para discussão; disse que tentaram dentro da atividade parlamentar, pediram vistas, e que se ele estivesse errado, gostaria que viesse algum Vereador ali e o corrigisse, deixou bem claro, porque o objetivo era a discussão; disse que tiveram a situação, foi colocado, ele pediu vistas, fundamentou, colocou para os senhores, como outros Vereadores que a Associação Comercial ficou preocupada, e que ela fez um ofício, e ele mostrou o ofício, documentou, endereçou para eles, Vereadores, alguns comerciantes o procuraram, ficaram preocupados, inclusive teve um comerciante, e ele colocou para os Colegas, do impacto que teve em Mogi Guaçu, num shopping, numa situação muito semelhante, foi implantado, arrebatou o comércio local, gerou um grande desemprego no centro e imediações, inclusive cidades vizinhas, e que estava à disposição, qualquer Vereadores entrar em contato com a Câmara, como ele já tinha colocado anteriormente, e falar com a Câmara, pelo menos com um Vereador lá de Mogi Guaçu para ele explicar, e que conversou inclusive com o Presidente da Câmara lá de Mogi Guaçu sobre o impacto do Shopping de Mogi Guaçu para o comércio local, mas ele não era contra o avanço, e deixava bem claro ali, deixou exposto aos empresários ali que ele era favorável ao avanço, à novas ideias, o crescimento organizado da cidade,

inclusive ao Shopping, mas o que ele queria era discutir; tinham assuntos importantes para verificarem ali: isenção, tempo de isenção, iriam gerar um vírgula dois mil empregos, saiu no jornal de circulação gratuita, espalhado pela cidade inteira, mas ele não viu no projeto, como fizeram anteriormente, a destinação desses empregos para o Município de Jaguariúna, pelo menos uma parcela, ou uma cota parcela para o Município de Jaguariúna, e que ele gostaria de discutir na Casa, já tinha se colocado à disposição, e que algumas coisas fugiam do seu alcance; disse que viu no projeto a situação das empresas que viriam na cidade... o Sr. Presidente disse ao Vereador que ele tinha que se ater às vistas, e que ele estava falando do projeto, e que o projeto não queria nem dizer sobre o shopping, era sobre a isenção, e o Vereador disse que tinha que explicar para os Vereadores o porquê das vistas; o Sr. Presidente pediu para que ele se ativesse às vistas, ele estava pedindo vistas; o Vereador perguntou como ele iria convencer os Vereadores a votarem nas vistas, senão eles iriam votar no projeto; o Sr. Presidente disse que a discussão ele tinha que por no projeto; o Vereador disse ao Sr. Presidente que não, que ele não era contra o projeto, mas ele tinha que discutir as vistas, e o Sr. Presidente pediu por favor que ele discutisse as vistas; o Vereador disse que ele estava na vista, senão não tinha como convencer, e perguntou se ele podia falar para os Vereadores que tinha um ofício, que a Associação Comercial mandou um email para ele e pediu que os comerciantes o procuraram, sobre os impactos, e por que ele tinha que discutir o projeto? Disse ao Sr. Presidente que estava dentro das vistas; o Sr. Presidente disse que ele poderia falar isso, e o Vereador disse que estava dentro da discussão de vistas; o Sr. Presidente disse que não, que ele estava falando do projeto, e o Vereador disse que ele estava falando do projeto, e que as vistas pedia o quê, perguntou ao Sr. Presidente, e se ele estivesse errado pediu para que o corrigisse; o Sr. Presidente disse que o projeto não estava se referindo ao shopping Center, estava se referindo à isenção para quem quisesse construir um shopping na cidade, e que o shopping podia ser construído, e quem quisesse construir um shopping na cidade podia, eles só estavam discutindo somente a isenção, e se iam dar ou não, era isso; o Sr. William de Souza Silva, entre outras coisas, disse que era caro, os empresários iam investir muito, e que ele não podia ser irresponsável aqui e ser contra a isenção, e deixá-lo numa saia justa, disse ao Sr. Presidente, e votava sim ou não; disse, então, mais uma vez, respeitando a intervenção do Sr. Presidente que tentou tirar seu raciocínio, mas voltava a ele, conseguiu resgatar o raciocínio, e voltando ao raciocínio que foi interrompido pelo Sr. Presidente, o porquê das vistas: as vistas discutiam a isenção; as vistas discutiam o interesse da sociedade, e que ele veio na tribuna,

tiveram a discussão, proposta pelo nobre David sobre a audiência pública, sobre os comércios locais, sobre o funcionamento das farmácias vinte e quatro horas, e que as vistas do shopping tinham o mesmo objetivo, e que ele tinha que dar espaço para a sociedade se explanar, e que ele tinha que dar espaço para a sociedade num shopping que tinha seus fatores positivos e negativos, e que ele tinha que deixar a população vir na Casa dizendo que se era favorável ou contrário ao shopping, ou que tinha uma empresa, investiu tantos mil para pagar um aluguel caro no centro e o shopping iria derrubar esse comércio; disse que não sabia se era um, dois, três, dez empresários que viriam na cidade, e que não sabia quantas pessoas seriam demitidas, e que ele tinha que abrir o espaço para essas pessoas virem e se manifestarem; disse que o objetivo das vistas era que as pessoas fundamentaram por escrito; disse que tinham uma entidade civil organizada que se chamava “Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna” onde ela tinha vários empresários cadastrados, e que ela, de uma forma democrática e organizada: “Vereador, eu gostaria de ter um espaço, não tinha conhecimento disso, Vereador, posso convidar os empresários para discutir?” Ele disse que sim, que ele estava ali para discutir, e estava fazendo dentro de seu mandato parlamentar para apresentar para eles, e que o ofício estava aí à disposição de todos, e perguntou o que ele fazia com aquelas pessoas, e pediu ao Sr. Presidente que não lhe jogasse contra os nobres Vereadores; o Sr. Presidente pediu um aparte e disse ao Vereador que ele estava mentindo, porque ele tinha conversado, naquele dia, com o Presidente da Associação Comercial, e foi o Vereador que procurou a Associação Comercial, e o Presidente disse a ele, juntamente com o Magrão e com o Gerson, que o projeto podia ser votado, que ele era favorável ao Shopping, e que não tinha nada a ver com essa discussão, e que o Vereador que tinha marcado a discussão para depois da reunião, e que ele ligou e falou com o nobre Vereador ali do lado; disse que o Vereador estava querendo induzir à população a uma mentira barata mais uma vez de que os comerciantes estavam preocupados de que o Shopping ia atrapalhar a vida do comerciante, porque ele estava achando que quem ia construir ou quem ia alugar ou quem ia vender lá iria ser tudo de graça; disse ao Vereador que era para parar com essa mentira, porque eles acabaram de conversar com o Presidente da Associação, naquele dia à tarde, e pediu, por favor, para eles se aterem ao pedido de vistas do que o Vereador falou e que foi o Vereador que procurou a Associação, e não a Associação que o procurou, e era para ele parar com isso; o Vereador perguntou se o Presidente tinha finalizado o aparte, se iria continuar, e o Presidente dizendo que não, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna de lhe chamar de

mentiroso, e o Sr. Presidente disse que mais uma vez o chamava, e o Vereador disse que esse era o tratamento carinhoso que recebia do seu Presidente, e repetiu que esse era o tratamento carinhoso que ele recebia do seu Presidente e ele cobrava ali atitude ética dos Vereadores, e que o Sr. Presidente o chamou de mentiroso; disse que o ofício estava ali, e perguntou se os comerciantes, então, eram mentirosos, porque os comerciantes o procuraram, (o Sr. Presidente continuou dizendo que ele era mentiroso), e que a Sra. Funcionária entrou em contato com ele, e ela era mentirosa, também; disse ao Sr. Presidente que o ofício estava aí, e que ele gostaria que antes dele votar, era para o Sr. Presidente mostrar, porque estava conflitando, porque o Presidente tinha uma coisa de boca e ele tinha uma coisa por ofício, documento, e no ofício estava claro, que eles precisavam de mais prazo para poder discutir, e pediu ao Sr. Presidente que não o chamasse de mentiroso, porque ele convidou a Associação antes daquela votação, e que o ofício dele estava aí e foi assinado inclusive pelo Vereador Neguita que não estava presente, inclusive o Vereador Neguita não estava presente, os Vereadores sabiam disso, e partiu da Associação a prorrogação de prazo, não foi por ele, e pediu para que não lhe chamassem de mentiroso, porque mentiroso era o Sr. Presidente, e pediu para que o Sr. Presidente o respeitasse, e repetiu para que ele o respeitasse, porque ele tinha um documento, e o Sr. Presidente estava falando de boca, e que era o Sr. Presidente que estava querendo enganar os Vereadores, porque o ofício estava aí, era para pegar e ler; desafiou ao Sr. Presidente a ler os termos do ofício, era para ler e deixar claro para a população, antes do Sr. Presidente vir e ofendê-lo como mentiroso, e que ele que era mentiroso, e o documento estava aí, e que até agora estava lidando com respeito, disse aos Srs. Vereadores, quem faltou com respeito foi o Sr. Presidente que o chamou de mentiroso, e perguntou, então, se ele estava ali, querendo enganar a eles mais uma vez, porque ele estava falando que ele estava enganando, e que o documento estava aí, e desafiava os senhores Vereadores e disse de fazer o seguinte: mandar o Sr. Presidente ler os termos do ofício, lendo, o Sr. Presidente falar o que o Sr. Presidente da Associação, que ele falou que procurou naquele dia, escreveu e assinou, e falou para o Presidente mandar para a perícia confrontar a assinatura dele, se ele estava mentindo, e disse ao Sr. Presidente que não era para ele fazer um negócio desses, ele que tinha interesse no projeto ficava pressionando aí; pediu para que ele o respeitasse, que no jornal que ele, Zidane, já tinha questionado ali, o maior objetivo do projeto shopping era o lucro imobiliário, e pediu para que o Sr. Presidente o respeitasse, porque ele deu a palavra que ele era favorável ao shopping, ele era favorável ao Shopping, mas não dessa forma, com o

Presidente lhe desrespeitando, disse ao Sr. Presidente que ele o ofendeu, e o que ele fazia para a sociedade se ele estava ali discutindo o pedido de vistas, e se o Presidente o chama de mentiroso; disse, ainda, aos Srs. Vereadores que para eles resolverem, era para pedir para o Sr. Presidente ler o ofício, e que exigia que ele lesse o ofício da Associação Comercial que ele falou que esteve lá de boca, e ele, Vereador, tinha por escrito, e que ele assinou e o Vereador Neguita que não estava presente já assinou antes da sessão, e que ele não estava ali querendo atrapalhar ninguém, não, e que ele tinha falado ao Sr. Prefeito que ele era favorável, e que ele só queria discutir; o Sr. Presidente disse ao Vereador que o tempo dele já tinha se encerrado, e que ele estava dizendo ao Vereador que ele estava falando que a Associação o procurou, e que o Vereador tinha procurado a Associação... o Vereador continuou dizendo, entre outras coisas, que era para o Sr. Presidente não fugir de suas responsabilidades... o Sr. Presidente disse que falava que ele era mentiroso de falar que a Associação o procurou; entre discussões, o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo havia se esgotado, e disse ao mesmo que o ofício era uma resposta ao Vereador; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez que disse que gostaria ali de expor o seguinte: aquele projeto que estava ali, foi lido na sessão do dia onze do mês de dois mil e quatorze, no dia seguinte faria três meses que o projeto estava na Casa em discussão; ele como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo questionou um artigo do projeto, fez um requerimento, pediu ao Presidente e o requerimento foi mandado para o Prefeito e o Prefeito retornou, e o que ele achava era que os Vereadores tinham que discutir se o projeto era bom, e que ele não queria discutir isso ali naquele dia, naquela hora, se o projeto era bom ou não era bom, ele tinha, era lógico, suas convicções, sabia o que era; disse que o que acontecia, que há duas sessões atrás o Vereador já tinha pedido vistas, ele já tinha pedido vistas no projeto, e a impressão que dava era que quando chegasse na próxima sessão o Vereador iria pedir vistas de novo, e isso que preocupava; diante de manifestações no Plenário, o Vereador pediu licença que ele estava falando naquele momento, e o que ele queria dizer era que isso podia parecer uma protelação, e ele gostaria de ler o requerimento: “Associação Comercial de Jaguariúna” Disse que estava lendo ali e que também tinha conversado com o Presidente, tirou as suas opiniões, ia também em cima da matéria, e ali estava: “Associação Comercial: Ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Vereador William de Souza Silva – Ofício vinte e três de dois mil e quatorze, Jaguariúna, três de junho de dois mil e quatorze: Prezado Senhor: Pelo presente, agradecemos a Vossa Senhoria pelo convite para uma reunião sobre a

instalação de um shopping Center no Município de Jaguariúna, conforme Ofício dez de dois mil e quatorze e aproveitamos para informar que a Associação Comercial e Industrial tem total interesse no assunto que será pautado nesta reunião, no entanto, por motivos desta data estar muito próxima, esta entidade fica em um prazo muito limitado para organização e sensibilização dos comerciantes locais, portanto, solicitamos que essa reunião seja prorrogada e sugerimos que a mesma seja realizada no dia dezoito do seis de dois mil e quatorze, para que possamos participar do modo mais adequado possível. Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada, e nos colocamos à disposição. Aproveitamos o ensejo para apresentar nossos protestos... Reynaldo Vitório Chiavegato”. Diante de manifestação na assembleia, o Sr. Vereador disse que contava outra piada depois para a senhora que ria na assembleia, porque ele estava ali falando muito sério e ela precisava aprender a respeitar; disse que quando o Presidente falou, ele disse o seguinte: a Comissão, que tinha todo o direito, e pediu ao Vereador que era para ele escutar e esperar as pessoas falarem para ele tirar a opinião, e que ele, Adilson, não terminou a sua palavra; disse que o Vereador já tinha se expressado, e que ele, Adilson, queria respeito ali, também, e que ele estava ali defendendo um ordenamento das coisas, um ordenamento, não estava defendendo um lado ou outro, o que ele estava defendendo era um ordenamento, e que o Vereador aprendesse a ouvir, raciocinar, e repetiu, raciocinar, ouvir e aí dar a opinião, e que ele tinha ficado quietinho ouvindo o Vereador falar; falou que o que queria dizer era o seguinte: a questão de ser mentiroso ou de não ser mentiroso era o seguinte, disse já exaltado, e perguntou se ele o esperava terminar, era o seguinte, que não invalidava nada, a questão de falar quem tinha provocado a reunião e pediu foi o Vereador, estava certo, perguntou, queria dizer a Câmara, e que no relato que o Vereador tinha feito na tribuna, ele falou que eles pediram, e dava para entender, e que era só isso que ele queria esclarecer, e que as coisas tinham que ser faladas pela verdade, e que não era a maneira de falar, a versão era que mandava, a verdade tinha que mandar, e que ele acabou de ler, ele não teve medo, não teve nada, de ler o ofício que o Vereador estava oferecendo, leu e achava que todas as pessoas inteligentes viram aqui; disse que não queria dizer que não invalidava nada, o que ele queria dizer era que quem tinha provocado a reunião foi o Vereador e que essa era a questão, e que o “senhor” que ele falava, era a Câmara, e que não queria dizer que eles procuraram o Vereador, mas que o Vereador os procuraram; feito isto, o que ele queria deixar claro ali, ele não queria discutir o projeto, gostaria muito de discutir o projeto, e que tiveram tempo hábil o suficiente, fizeram tudo, os

Vereadores tinham que decidir, o que ele imaginava era que se eles ficassem ali, cada vez que tinha uma reunião, eles achariam mais um objetivo, aí eles iriam chegar em dois mil e quinze, dois mil e dezesseis, e o que ele queria dizer aos Vereadores, era que eles tinham que discutir, a função deles era essa, eles tinham que ter um tempo e um prazo, eles não podiam protelar o resto da vida; disse que ele estava convicto, ele estava pronto para votar, não queria discutir o projeto, como o Vereador já tinha discutido ali, e que queria discuti-lo naquele dia, e discutia a qualquer momento, o direito do Vereador pedir uma nova vista, era um direito que o Vereador tinha, a decisão cabia aos Vereadores, e se esse projeto já estava há cinco ou seis anos andando, e para concluir disse, era mais ainda a preocupação para que se resolvesse, porque senão iriam passar mais uma Câmara sem solução para isso; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos dizendo que em relação às vistas ele era contrário e que declarava ali que era contra às vistas, já tinha formado sua opinião durante a outra vistas que ele votou favorável, e na hora da discussão do projeto ele justificaria seu porquê, pois já tinha sua opinião formada; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Presidente que queria antecipar sua decisão, que ele era contrário às vistas, tiveram quinze dias aí para ter essas reuniões e para ter essas reivindicações, ninguém lhe procurou a parte interessada se era contra, ninguém lhe procurou em seu gabinete, não procurou seu assessor, e que quando tinha o interesse de um outro lado, deveriam tê-lo procurado, e que estava aberto este tempo todo para conversar e que em nenhum momento ele foi procurado; disse que iria adiantar seu voto ao projeto, e que ele era favorável à isenção, e que o que estava em discussão nem era o shopping, era a isenção, e que isso vinha de todos os municípios, porque se ia fazer um investimento, dependendo da envergadura dele, se era grande ou se era pequeno, achava que era bacana da parte do administrador dar isenção, e que precisava dessa isenção, sem contar da parte do emprego, em falar de mil e duzentos empregos, e que concordava com o nobre Vereador Zidane, poderiam destinar uma porcentagem para Jaguariúna, e que isso poderiam estar discutindo, também, mas que ele era contra o adiamento, e votava favorável à isenção; achava que iria ser bacana, as pessoas que conversaram com ele, seus eleitores, seus amigos, eram favoráveis à vinda do Shopping, e que tinham um pedágio que eles pagavam, e que iriam cortar esse caminho aí, e que tiveram rejeição; disse que tiveram problema que cometeram em sessões passadas em relação a grandes empreendimentos, e que tinham o Supermercado do Fonso, tinham o Ferrari, que sobreviveram há tantos

anos e estavam firmes aí; veio o Bon-Netto, agora veio o Dia, todo mundo achou que ia quebrar, e estava todo mundo se virando, e que não podiam barrar um crescimento e que a Cidade estava num ponto estratégico e que via com bons olhos a vinda desse shopping; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação o pedido de vistas, pois todos já tinham falado e passado o prazo para tal, mesmo o Vereador querendo se manifestar, e que ficava para a discussão do projeto. Em votação o pedido de vistas do Vereador William de Souza Silva ao Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2014, do Executivo Municipal, foi o mesmo rejeitado por sete votos contrários, sendo quatro favoráveis dos Srs. Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Rodrigo da Silva Blanco e William de Souza Silva. A seguir, em discussão o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2014, do Executivo Municipal, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez que desejou boa noite a todos e disse que era um costume falar boa noite, pois já havia falado; ele achava que naquele momento estava tudo tranquilo e que poderia ir para a discussão e aquilo queria dizer que, quando não foi votado o adiamento ou votado a vista no processo, já haviam decidido o projeto; o projeto fazia parte do escopo de uma lei e que já dava incentivos fiscais a uma série de iniciativas privadas, objetivando, trazendo para o Município investimentos, se fosse fechado o Município preocupando com um grupo, ou tipo de pessoa, ou tipo de classe, estaria cerceando o desenvolvimento de Jaguariúna; ele gostaria de dizer a todos que Jaguariúna era uma cidade menor que Pedreira, era uma Cidade pequena que tinha uma grande dificuldade porque vivia fechada com uma fábrica de louça, uma fábrica de polpa de goiaba, já tinha aparecido a fábrica de rede e estavam lá com todos os munícipes indo trabalhar em Campinas, Pedreira e outras regiões; na época houve uma revolução e entrou uma administração, fisicamente tinha aberto a Cidade, a deixou boa, fez bons investimentos, teve grandes ideias, fez grandes investimentos e aquelas leis vinham daquele tempo e eles estavam incentivando; cabia a cada Vereador, com a maior tranqüilidade, votar a favor ou contra aquela isenção de impostos; o que ele queria dizer era o seguinte: muitas vezes eles estavam falando em isentar aquilo que eles não tinham ainda, se não tivesse o shopping, iria ter o IPTU, não teria outro tipo de imposto, agora a contrapartida e que iria melhorar os índices, melhorar as transferências federais, inclusive; naquele momento ele disse ao Carpi que ele conhecia bem aquela área e que iria melhorar os índices, as proporções; iria ter a transferência de recursos Federais e Estaduais maiores e teria uma série de outros e se fosse falar monetariamente era uma exponencial de um elevado à décima, dois elevado à décima, qualquer coisa elevada à,

décima a questão financeira ele não tinha a menor dúvida a questão de emprego, ele também não tinha a menor dúvida; disse ainda que não iriam usar o shopping só para o consumidor de Jaguariúna, uma parte seria para o consumidor de Jaguariúna que já estava acostumado a visitar shopping em Campinas, deixar o dinheiro das pessoas em Campinas, iria pegar toda a região, toda a vertente da SP 340, SP95, toda a micro região que antes de chegar em Campinas iria ter a oportunidade de ter um shopping; mais uma, as exigências da Artesp era que se fizesse um viaduto, a iniciativa privada para que se fizesse um viaduto, o viaduto iria ficar um patrimônio para Jaguariúna, uma facilidade para a vida e mais uma vez conseguir, como haviam derrubado um pontilhão da Fepasa há trinta anos iriam conseguir transpor mais uma vez a ferrovia, melhorar o acesso para a Faculdade para o desenvolvimento daquela região e tudo mais, era muito importante a diferença que estavam dando até o que não poderia ter se aquele shopping não se realizasse, estavam dando uma coisa, que ainda nem tinham e poderiam nem ter que seria o IPTU e outras coisas; como deram para outras indústrias porque era de magnitude, eram coisas de ordem de grandeza, muito grande e tinha que demonstrar que não eram provincianos, que não se amarravam no pé da laranjeira e ficava um segurando o outro, ele era favorável àquele projeto para o bem de Jaguariúna, ele via como parlamentar o Município como um todo, todos os cidadãos e não só uma classe; a seguir, pediu a palavra o Vereador William de Souza Silva que desejou boa noite à todos dizendo que, em relação a discussão do projeto, ele gostaria de esclarecer à todos, ele não iria cair no jogo do Presidente, que tentava jogá-lo contra os demais Vereadores, então, ele iria direto à situação; ele entendia e não queria com as palavras dele impor situações como lei, quem era ele, ele só queria exercer, qual era a finalidade, mas, quase quinhentas pessoas foram nas urnas e o elegeram Vereador ou pelo conhecimento dele ou não, mas graças a Deus, ele preferiu como cada um deles, escolheram estudar algumas coisas na vida, ele escolheu estudar e ter a formação jurídica, então, ele representava alguma parcela da sociedade que cobrava, inclusive questões jurídicas das ações deles, fundamentações dos atos dele, análises jurídicas dos projetos que entrou lá, era aquilo que tornava a Câmara de Jaguariúna numa Casa democrática, cada Vereador tinha uma especialidade, a dele era jurídica, tinha outros colegas também bons juristas; havendo manifestação, o Vereador disse, advogado, se assim melhor quisesse o Sr. Presidente para não desagradá-lo, que tinha lhe reprimido, advogados; então, ele tinha verificado o seguinte até sendo claro sobre a discussão do projeto, ele gostaria que fosse colocado no site da Câmara, disse ao Presidente, na manhã seguinte, efetivamente para ser justo de acordo

com que foi feito lá, ele gostaria que, não o Presidente, mas que outros Vereadores o chamassem de mentiroso, se não foi aquilo que tinha acontecido na discussão do projeto, ele não iria sair do tema, não adiantava o Presidente interromper; a Associação Comercial, quando ele fez o pedido de vista e ele pedia vênua para discordar do amigo Vereador Romilson Nascimento Silva, ele e o Vereador Ângelo Roberto Torres, que até de certa forma foi deselegante, o Vereador teve problema de saúde e não estava lá, deveria estar lá; naquele momento o Presidente interrompeu o Vereador William de Souza Silva dizendo que o Vereador Ângelo Roberto Torres não estava presente por problemas de saúde do neto dele e que ele sabia daquilo, não era para indagar, porque ele não estava lá porque não quis vir, ele sabia daquilo; naquele momento o Vereador William de Souza Silva disse que não ia fazer aquilo, não era irresponsável e ele sabia o que falava e o Presidente disse que então estava bem; voltando à fala, o Vereador William de Souza Silva agradecendo ao Presidente pela interrupção; mais uma vez dirigindo aos senhores, população de Jaguariúna voltava, após a interrupção do Presidente; o Vereador Ângelo Roberto Torres não estava com problema de saúde corroborando a fala do Presidente, então, ele achava deselegante, era o ponto de vista dele, ele tinha a liberdade para falar, como o Presidente tinha imunidade, ele, também, tinha imunidade para falar, como ele podia falar, ele também poderia falar; o Vereador não estava presente por problema de saúde, pois deveria estar lá, porque o Vereador tinha assinado com ele um ofício solicitando a informação da Associação Comercial; então, quando ele fez o pedido de vista, anteriormente, foi fundamentado aquilo que iria discutir com a sociedade e que precisava mais de prazo, era por isso que ele motivou o ofício com a Associação Comercial e por causa disso que o Vereador Ângelo Roberto Torres tinha assinado com ele e foi dado ciência, inclusive, disse ao Vereador Adilson José Abracez que não havia lido, respeitando ao Vereador, em cima do ofício foi disponibilizado, tinha as filmagens, na sessão passada foi dado cópia do ofício a cada Vereador da posição da Associação Comercial que ele entregou no dia seguinte à vista e logo em seguida foi respondido; o Vereador Romilson Nascimento Silva tinha ciência, foi entregue nas mãos dele o ofício da Associação Comercial, então teve, disse ao Vereador Romilson Nascimento Silva, estava lá em cima, ciência à todos os Vereadores a pedido da Associação, aos interessados, então, teve informação, todos tiveram; voltando à discussão do projeto, disse que gostaria de pedir ao Presidente e gostaria de colocar ao Vereador que só foi feito o pedido de vista, pela forma procedimental, não tinham outros mecanismos de tentar discutir, de tentar implementar, de tentar colocar algumas questões, as questões que o Vereador

Adilson José Abrucez tinha colocado não tinham, estavam algemados, não podiam mais colocar, ou votava sim ou não, e agora? Ressalvados, ele deixou o agradecimento aos donos dos empreendimentos que ele tinha feito na reunião com os Vereadores, ele solicitou alguns documentos, eles encaminharam os documentos, ele tinha lido, achado interessante e era um baita de um empreendimento aquele shopping em Jaguariúna, ele deixou aquilo sempre bem claro; voltando ao projeto ele disse que não tinha mecanismos, disse aos Vereadores, para colocar o interesse da sociedade, o único mecanismo que eles tinham era o das “vistas”, por isso das vistas, eles não tinham, então, ele gostaria de fazer emenda ao projeto, ele gostaria de colocar quinze por cento, colocando um número baixo desses empregos fosse efetivamente de Jaguariúna, garantindo no projeto, não tinha mais aquilo, não podia discutir com a comissão; ele gostaria de colocar no projeto que as empresas que fossem executar as atividades no shopping, eles tivessem os centros de distribuição criados no Município, porque tinham exemplos de empresas que tinham as sedes em outros municípios e exerciam as atividades e quando viam na área fiscal recolhia no município de origem, não tinha aquilo no projeto era aquela amarração daquele fato, um exemplo, as Casas Bahia, se não tivesse enganado era em outro município e onde exercia atividade era recolhido lá e como era feito com aquele controle? Ia na leitura do projeto, na análise, no entendimento jurídico, discussão com o jurídico, Vereadores e apresentava, não tinham mais mecanismos de colocar aquela questão para a sociedade e no momento ele estava encurralado, o Presidente tinha cerceado o direito da discussão, não tinha deixado colocar aquilo para os senhores, falou para colocar em votação; ele era contra aquela urgência acelerada, era contra a falta de discussão, ele saía de lá triste porque não conseguia deixar as pessoas vir até lá e falar, discutir o projeto e lá estava por escrito, por isso, disse ao Presidente, que gostaria que tivesse no dia seguinte, no site da Câmara, que o Vereador propôs o pedido de vista com os Vereadores e eles entenderam que ele iria proporcionar a discussão por etapa, disse ao Vereador Adilson José Abrucez, por sequência, então o Vereador que havia lhe questionando por sequência e como houve pedido de vista, logo em seguida em respeito aos Vereadores, oficiou à Associação Comercial com o apoio do Vereador Ângelo Roberto Torres, após o retorno da resposta ele tinha dado ciência na Sessão aos Vereadores, na sessão passada ele tinha feito, dentro do que a lei mandava e não da forma que ele quis, desalentada, fez como a lei mandava e deu ciência aos Vereadores e respeitava a opinião de cada um; então, não era para ir na linha do Presidente e jogá-lo contra o Plenário, colocar contra os demais Vereadores, porque ele só queria lá,

dentro de uma fase lógica, ele fez o que podia fazer para deixar a sociedade discutir o projeto sobre a vinda do shopping; disse ao Presidente que iria fazer uma emenda e ter aquelas duas emendas; havendo manifestação no Plenário, o Vereador disse que não cabia; naquele momento o Presidente disse que não cabia emenda e que ele sabia disso, já tinha sido as fases; voltando a fala o Vereador William de Souza Silva disse ao Presidente que já tiveram emenda de projetos anteriores apresentados no Plenário; voltando à fala, o Presidente disse que era apresentada pela Comissão, era projeto do Prefeito; voltando à fala, o Vereador William de Souza Silva disse que era para discutir naquele momento, então, disse ao Presidente, já tiveram casos que foram apresentados no Plenário como já fizeram; voltando a palavra ao Presidente, este disse que era um projeto de isenção; voltando a palavra ao Vereador William de Souza Silva, este disse que a outra emenda, porque ele gostaria de discutir com os Vereadores o motivo da vista e tinha a terceira; O Sr. Presidente disse que a vista já tinha ido e já estavam no projeto; falando, novamente, o Vereador William de Souza Silva disse que já que iria para o projeto, ele gostaria de discutir o seguinte: já que iriam dar tantos anos de isenção, por isso que ele queria ouvir a Associação Comercial e os empresários da Cidade, para ver se conseguia equilibrar, tirar aquele fantasma que iria gerar um impacto negativo porque ele havia lido muito bem as apresentações dos empresários, o posicionamento do Prefeito falando que era importante; parabenizava o Prefeito que deu seguimento numa coisa importante que estava parada, era importante, então, era para discutir, dizendo ao Prefeito, mas tinha empresários falando porque não davam isenção para eles, também, porque não equilibrava cinquenta por cento para aqueles empresários e cinquenta por cento para eles, porque não defendiam os empregos para cá, porque não garantiam os recolhimentos de tributação fiscal, ele gostaria de ouvir um especialista para dizer se era só um milhão e meio e ele não tinha a garantia para falar para os representados daquela situação e ele iria votar um projeto lá e se tinha uma coisa, ele não fugia das responsabilidades e da palavra, ele falou para os Vereadores, inclusive, quando ele defendeu que o Vereador Fábio Pina não estava presente, ele gostaria de ouvir o Fábio Augusto Pina pois eles estavam discutindo em outra linha; ele ia seguir, ele era favorável ao projeto, mas que iria voltar lá triste, porque não tiveram discussão lá e, lamentavelmente, o Presidente cerceou a discussão dele, porque o que ele queria apresentar era aquilo mas, não tinham mecanismos, ele gostaria de consultar um mágico para tentar criar, dar aquela possibilidade; o que ele falava no momento, ele gostaria de ouvir cada um para a Associação Comercial, para os comerciantes para não ficar

vítima daquela situação negativa, nem da imprensa que, às vezes, distorcia as informações e colocavam o que queriam ou que quisessem ouvir, mas o vídeo dele, a fala ninguém via, as sessões, ninguém colocava, só o que queriam ouvir; então, ele gostaria de discutir com os Colegas o que ele falava para não criar desentendimentos com eles, não tinha conseguido com os Vereadores apresentar, não poderiam discutir porque era sim ou não e ele era favorável ao projeto, por isso votava sim; ele não sabia se tinha respondido todos os questionamentos, ele estava triste, saía triste com todos os ensinamentos jurídicos que ele tinha aprendido desde o início da formação dele; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Vereador Romilson Nascimento Silva que desejou boa noite à todos dizendo ao nobre Vereador William de Souza Silva como ele havia citado o nome dele, gostaria de deixar claro para ele, como bem havia dito, quando foi pedido o apoio dele lá atrás, ele prontamente deu o apoio, porque viu que estava meio precoce, mas o nobre Vereador tinha que admitir que tinha quinze dias, por quinze dias, ele repetia, ninguém tinha lhe procurado, agora se a Associação Comercial tinha nomeado ele como líder, ninguém tinha falado para ele, tinha que saber do Vereador se ele tinha sido nomeado, porque não poderia procurar nenhum outro Vereador, em nenhum momento ele foi procurado, ele não sabia se os demais foram procurados; disse ainda ao Presidente que ele reforçava, ele poderia ter a certeza, pela situação de comerciante fosse atrapalhar ele poderia ter certeza que iria na Câmara, procuraria os Vereadores e colocava a opinião dele; repetiu mais uma vez, por quinze dias, em nenhum momento, nenhum comerciante tinha procurado por ele, tinha dado a opinião para ele, se era ruim ou bom, o gabinete estava aberto, diariamente, o assessor estava; naquele momento, o Vereador Romilson Nascimento Silva perguntou ao assessor se alguém havia procurado por ele; voltando à fala, ele disse ao nobre Vereador que ele conhecia alguns comerciantes e que estava à vontade no sentido de tomar aquela decisão porque ele não foi procurado, mas se ele tinha sido nomeado como líder era para falar, pois ele respeitava a posição dele como líder, pois não tinha falado para ele; agradeceu e desejou boa noite à todos; a seguir, pediu a palavra o Vereador Alexandre da Silva Santos que desejou boa noite, novamente, falando do projeto da isenção do shopping, ele era favorável à construção do shopping, sim, mas, era contra a isenção de impostos que o shopping iria pagar, ele queria deixar declarado que ele votava contra a isenção do imposto que queriam dar, a isenção, era para todos saberem; desejou boa noite a todos; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Vereador William de Souza Silva que desejou boa noite a todos e disse ao Vereador Romilson Nascimento Silva que seria bem breve

para reportar, novamente, ao Vereador como ele foi até lá e havia reportado ele disse o seguinte: não foi nomeado como líder até porque tinha dado o conhecimento a ele do ofício, o que havia feito, foi fundamentar ao Vereador para pedir a “vistas”; ele falou: “Vereadores, vamos discutir um pouco a mais com a sociedade?”, daí, juntamente, com o Vereador Ângelo Roberto Torres que, infelizmente, não estava presente, ele havia assinado, inclusive junto com ele, era Presidente de uma Comissão, o Vereador era Presidente de outra, e foi proposto, agora ele tinha dado publicidade somente os Vereadores da Comissão, que ele era Presidente de Direitos Humanos e Cidadania, tiveram acesso porque ele tinha entregado no dia o ofício, inclusive para o Vereador, então, teve a informação, era só deixar bem claro aquilo; ele não foi nomeado líder, ele tinha feito uma defesa por que iria colocar o pedido de “vistas”, o Vereador tinha entendido, naquele momento, de acompanhar e ele fez, até por respeito ao Vereador e a todos os Vereadores, ele foi e apresentou um ofício conforme ele havia informado; como ele chegava até todos os empresários? Não tinha condições; naquele momento, o Sr. Presidente informou ao Vereador William de Souza Silva que ele havia encerrado vinte minutos do tempo dele; continuando a fala, o Vereador William de Souza Silva disse que era para deixar claro; o Sr. Presidente disse que tinha encerrado; o Vereador William de Souza Silva disse que estava tudo bem e sobre o projeto ele gostaria de falar o seguinte; o Sr. Presidente disse que estava encerrado o tempo dele, os vinte minutos já haviam encerrados; voltando a palavra o Vereador William de Souza Silva disse que era favorável ao projeto porque o shopping era importante, a vinda, a isenção incentivava os investidores, então, se vieram e discutiram com o Executivo, discutiram com eles e ele queria deixar bem claro para não haver distorções, era favorável ao projeto e incentivava qualquer outro investimento como o shopping que iria vir; parabenizou os empresários que colocaram muito dinheiro para trazer aquele benefício e ele esperava que fosse positivo e estava torcendo para que as coisas dessem certo no Município, por isso votava favorável ao projeto; agradeceu a atenção de todos; a seguir, pediu a palavra o Vereador Fábio Augusto Pina que desejou boa noite mais uma vez e gostaria de explicar e, também, havia gostado das explicações do Vereador Adilson José Abracez, William de Souza Silva e todos os Vereadores, ele sabia dos benefícios que poderiam vir, também, tinha o conhecimento que a área já adquirida há algum tempo, também, tinha conhecimento que o Município estava passando por necessidades financeiras e sabia, também, que iriam implantar aquele shopping com isenção ou sem isenção; então, para ser coerente ele iria votar contrário àquele projeto, tendo em vista que tinha votado

a favor da CIP, votou o aumento do IPTU, tudo por causa de precatórios, dívidas e tudo; então, ele era contrário ao projeto por atitudes tomadas, anteriormente, e sabendo da necessidade do Município, ele não era contra a vinda do shopping como disseram, era uma economia de um milhão e meio, mas o Município necessitava até de cem reais se fosse o caso que estava passando, perdendo a arrecadação dia a dia; sabia, também, porque tinha vindo até um projeto de IPTU, novamente, estava na Casa tramitando para baixar o valor também, tendo em vista aquelas pessoas que foram oneradas, ele não achava desonerar, também, grandes investidores que iriam ferir lucros, ganhos imobiliários, ter os lucros na venda, iriam ter todos, então, era assim, ele entendia que viriam com ou sem isenção, aquela era a opinião dele e queria deixar bem claro o voto dele contrário ao projeto de isenção ao shopping, naquele tipo de caso; desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Vereador Gerson Antonio que desejou boa noite a todos, dizendo que fazia das palavras dele, quase as palavras do Vereador Fábio Augusto Pina, era contrário, também, à isenção do shopping, mesmo porque se via todos os dias as comunidades procurando por eles, querendo uma tenda, qualquer coisa, remédios e tudo era cortado porque não tinha dinheiro, ele achava que se não tinha, não era para dar o que não tinha, estava abrindo mão de uma coisa que estava negando para a população todo dia, ele achava estranho aquilo; ele não era contra o shopping, mesmo porque ele tinha visto os dois nobres colegas discutindo e entraram em contradição na hora que discutiu que iria conversar com a Associação Comercial, tal e tal mas era favorável; o nobre colega Adilson José Abracez discutiu, também, se votasse contrário, o shopping de uma forma ou outra iria vir; então, estavam fazendo coisas para “inglês ver”, então, o shopping iria vir de toda forma, então, que pagasse todas as taxas que tivessem que pagar a Cidade estava precisando, eles estavam precisando, as pessoas precisavam, brigavam, era falta de remédio, falta de tudo, as pessoas pediam e estava faltando; então, se estava faltando muita coisa não poderia abrir mão de um dinheiro que iria entrar na Cidade, mesmo porque o nobre colega havia falado, já tinha adquirido a terra, ia construir, se iria construir que pagasse as taxas e construíssem tranquilamente, poderia construir outro shopping, quantos quisesse, apenas que pagasse o que tinha que pagar, ele pagava todas as taxas todas em dia no comércio dele para ajudar a Cidade, porque abriria a mão para o grande? Sempre o grande tinha e o pequeno que tomava; então, não era daquela forma, iriam pagar pelos outros, queria construir que se construísse, mas que pagasse a taxa, ele era contra o projeto, a isenção; a seguir, pediu mais uma vez a palavra o Sr. Adilson José Abracez, dizendo que

ele seria breve e ao Vereador Gerson disse que talvez no calor da discussão ele não tivesse entendido, porque ele não falou que o shopping vinha ou não vinha, porque eles estavam fazendo uma isenção que poderia nem existir, e ele quis dizer que eles estavam isentando um IPTU que poderia nem nunca ter, e continuava como a zona rural lá e o que estavam fazendo naquela Casa era um tipo mais ou menos de aposta, se ele viesse, ele que pagasse; tudo aquilo fazia parte daquela discussão deles e quando eles falavam que estava faltando dinheiro, estava faltando arrecadação, talvez tivesse faltado clarividência anterior de outras administrações, que não fizeram um incentivo para que, naquele momento, eles tivessem uma arrecadação segura, deixaram de investir um período em Jaguariúna, que naquele momento fez a arrecadação cair, então, atualmente, eles estavam plantando uma árvore para colher depois de dois anos e eles sabiam que eram dois, três anos que iam colher, e por muitas vezes, por uma necessidade, eles não plantavam a árvore porque não poderia plantar, natural, não poderia, não tinha, não plantava, mas também não colhia, e podendo plantar, eles iam colher e aquela isenção, ele já tinha falado, era numa ordem de grandeza, exponencial muito grande o retorno, ele não estava lá defendendo porque ele não conhecia a pessoa nada, mas ele estava lá como qualquer um que conhecia Jaguariúna, e se fossem a favor ou contra, era o ponto de vista, era o interesse público, e por isso que eles eram uma diversidade, lá tinham juristas, tinham estudantes, operários, artistas, tinha ele na área dele, que ele gostava de trabalhar, aquilo era uma questão de respeito, cada um ia ter, e o que ele queria dizer era isso, e na opinião dele, eles tinham de plantar para depois colher, e eles estavam gastando como um bom agricultor, um pouco de adubo, para colher muita coisa; disse que ele não estava criando polêmica, era só uma questão de ponto de vista, eles lá não estavam fazendo uma batalha; era uma batalha, era bonito aquilo, mas não era aquela a questão de fazer uma aposta, era uma questão de se poder segurar o projeto, poderia, era um investimento que eles tinham, na questão do viaduto era muito grande, que poderia até inviabilizar o projeto; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina, dizendo que ele só quis dizer o seguinte, e que ele respeitava a opinião, entendia o ponto de vista e ele também não era contrário à vinda do shopping, mas que naquele momento eles sabiam que o grupo do Carlos Pinto tinha comprado a fazenda Palmar e pelo que ele sabia, quem tinha ido lá na reunião representar, tinha sido eles, então, eles tinham interesse em trazer o shopping para Jaguariúna, com uma área já adquirida, e eles iam trazer, então, ele não via a necessidade de abrir mão de uma arrecadação que, atualmente, era importante para o Município, era só isso e ele não estava

dizendo que ele não queria que viesse o shopping, porque ele queria sim que viesse e que ele queria deixar bem registrado que era o grupo do Carlos Pinto que vinha e o local ia ser feito na fazenda Palmar, então, com a aprovação do projeto ou não, ia vir e era só isso, aquela era a opinião dele, só aquilo, e ele não estava dizendo que iam vir mais shoppings, ele estava dizendo que ia vir um shopping na fazenda Palmar do Grupo Carlos Pinto, ponto, só aquilo, porque eles vieram naquela Casa e pediram para eles, mas eles vieram e ele não estava questionando quem tinha convocado ou quem não tinha convocado, ele estava dizendo que eles vieram, aquele grupo tinha vindo com a área já, então, eles estavam só esperando aquela isenção do IPTU e o ITBI que era maior do que o IPTU na opinião dele, do repasse, então, era aquela a opinião dele; a seguir, em discussão, o Sr. Presidente disse ao Vereador Zidane que o prazo dele já havia se encerrado, porque ele já tinha falado os vinte minutos, ele já tinha estourado; disse que ele só ia falar mais uma vez aos nobres pares e pela última, que eles estavam discutindo a isenção e ele queria lá expor a opinião e ele não sabia que ia ser necessário o voto dele ou não, mas ele seria favorável ao projeto, antes que começassem a falar alguma coisa, citaram questões imobiliárias lá e em todos os momentos que ele tinha conversado com os nobres Vereadores, ele falou que ele queria votar o projeto, ele não queria saber a opinião de ninguém, para que eles votassem aquilo que eles achassem necessário; disse que o projeto de lei era uma emenda que eles tinham de dois mil e sete, aquela lei dava isenção para determinadas atividades, então, em dois mil e dezessete aquela lei expirava e eles estavam votando uma isenção não era de dez anos para o shopping, ela estava inserindo o shopping naquele contexto, então poderia ser que quando o shopping ficasse pronto, ele não tivesse mais isenção, e ele não sabia quanto tempo ia levar aquilo, pois eles estavam falando de três anos, e o impacto orçamentário, a princípio, era algo em torno de trinta e três mil reais, ele demonstrou para eles um plano viário do qual eles acharam muito difícil de ser executado, mas eles tinham de executar, porque a ARTESP, juntamente com a RENOVIAS, ia exigir aquele dispêndio para ele, então, estava deixando lá claro, a opinião dele com relação ao voto e a liberdade que ele sempre teve em conduzir; disse ao nobre Vereador Zidane quando ele pediu a primeira vez, ele falou para ele que era contra, e ele pediu por uma sessão, ele poderia pedir por quatro, por cinco, por seis, por quanto ele quisesse, e infelizmente, ele pediu por uma e lá eles estavam, justamente, para discutir o projeto e o projeto tinha entrado na Casa fazia três meses, e ele achava que era o momento para eles estarem discutindo e darem a opinião de cada um, e a justificativa, realmente, na outra sessão, dia vinte de maio, de não se votar

aquele projeto era porque o Vereador Fábio Pina não estava presente e eles queriam ouvir a opinião dele com relação ao projeto e ele já tinha dado, que era contrário e estava muito bem explicado, no momento ele estava indo lá, voltava a dizer ao Plenário, pedindo apoio a projeto nenhum, ele queria que cada um ficasse tranquilo para votar como achasse bem entender; disse que ele tinha conversado com o Xanddy, com o Magrão, todo mundo, com a Rita, Romilson, enfim, Bozó, Fabinho, dizendo da opinião dele ao projeto, e cabia a cada um ter o discernimento a respeito dele, e a discussão que tiveram anterior, realmente, tinha sido desgastante, não tinha o porque ter tido aquela discussão, numa coisa que estavam falando de isenção que seria por mais três anos só; disse que tiveram uma isenção que tinha sido da STEFANINI e a Rita lembrou lá, que a STEFANINI tinha tido uma isenção muito longa e, atualmente, ela estava pagando zero, setenta e cinco por cento, que era cem por cento a mais do que ela pagava para o Município, estava entrando um arrecadação muito grande, então, o impacto orçamentário, a princípio era de trinta e três mil reais, que talvez seria o IPTU, daquela área, que como o Adilson bem disse, eles não recebiam o IPTU, iam receber a partir do momento que edificasse, que aquilo se tornasse uma área pública, era urbana mas, estava vinculada ao INCRA, então, ele só gostaria de esclarecer que eles se desgastaram por uma questão que era, realmente, uma isenção, como tinha sido dito lá, se o shopping quisesse vir, ele poderia vir e construir, com isenção ou sem isenção, ele poderia, estava lá o espaço para construir, então ouvir a Associação ou não ouvir, a Associação era favorável, o Presidente disse para ele naquela tarde lá, tinha falado para o Adilson, confirmado; e se ia prejudicar alguns comerciantes, talvez se prejudicasse, mas o custo para se ter uma loja no shopping era bem maior do que o custo no centro da cidade ou na cidade, enfim, e quem diria aquilo seria o mercado, então, ele pedia aos nobres pares que, realmente, eles pudessem votar o projeto. A seguir, em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2014, do Executivo Municipal, que inclui o inciso XVII, ao art.1º, da Lei Complementar Municipal nº 127/2007, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna, conforme especifica, foi o mesmo aprovado por oito votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos, Fábio Augusto Pina e Gerson Antonio. 2. Projeto de Lei Complementar nº 006/2014, do Executivo Municipal, que substitui a Tabela I e o Mapa da Lei Complementar Municipal nº 240/2013, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e

Territorial Urbana, no exercício de 2014, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I. cc art. 142 da LOM). O Sr. Presidente comunicou que o Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade foi lido em Sessão Ordinária realizada em 20 de maio de 2014. Pela ordem, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva apresentando pedido de vista ao referido projeto, baseado no artigo 229, parágrafo único, do Regimento Interno; em discussão o pedido de vista, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos e disse que ele ia falar devagar para ver se não gerava dúvidas como aconteceu no outro projeto, ia utilizar o mecanismo da analogia que ele tinha feito no outro projeto, para entenderem naquele, do porquê ele tinha feito o pedido de vista, que no ponto de vista dele, lendo o projeto de lei, na época ele, também, pediu vistas, no entendimento dele, que ele tentou levar o conhecimento dos Vereadores, estava acima dos índices inflacionários, ele, particularmente, esteve no gabinete, pessoas falando que não achava justo a cobrança de impostos que, também, estava alta, porque eles iam somente baixar daquele grupo e não iam baixar o deles lá, então, aquela colocação tinha sido colocada nas reuniões de comissões e várias vezes o projeto tinha que ir com tempo, com mais tempo e como tinham muitas coisas para eles fazerem, iam votar depois, então, tinham aumentos lá que ainda estavam acima dos quatrocentos por cento, a inflação tinha um índice, o morador, o município tinha lá a sua renda mensal declarada através do imposto de renda e ele, de repente, teve um projeto que elevou excessivamente a correção dos valores venais de cobrança, estava desatualizado há muitos anos, nunca houve nenhum estudo organizado e ele era favorável a um aumento gradativo, que fosse aplicado de forma gradativa para eles equilibrarem e não pegarem as pessoas de surpresa e era o que inclusive ia acontecer no projeto que o município tinha falado lá no dia anterior; um empresário, ele não estava esperando aquele impacto, por aquilo que ele tinha defendido, então, o projeto lá, a análise apresentada, ele tinha um valor muito acima, então, o pedido de vista fundamentava para eles terem mais tempo, esperar um representante da Prefeitura ir até lá, expor a análise técnica dele, porque ele não tinha visto aquilo, não tinha apresentado lá, especialistas, de ter mais condições na Câmara que carecia ainda de muitos recursos, e ele defendia aquilo porque ele sentia que ainda carecia de muitos investimentos para o Vereador trabalhar, e eles poderiam ir lá explicar, eles poderiam contar com o apoio de outros especialistas, então, eles poderiam lá equilibrar, e questionou será que aquele valor seria menor, tinham de corrigir, será que aquele valor, ouvindo as pessoas

teriam de ser maior, poderiam ouvir, então só para entender, ele era favorável ao aumento desde que houvesse contrapartida para a população, ele era contrário ao aumento excessivo e tinha votado contra o projeto, e que ele tinha pedido aquela vista pelo menos para mudar o texto que o Executivo tinha mandado, tinha passado na Câmara Municipal, e passado despercebido pelos Vereadores e ele, salvo engano, o Vereador Xanddy e salvo engano, a Vereadora Rita, votou contrário ao aumento de imposto naquela época e se ele estivesse errado, que o corrigissem, e que eles votaram contra aquele aumento e ele tinha fundamentado lá atrás, até tinha pedido a filmagem, não tinha conseguido, a filmagem tinha sumido ou quebrado a câmara naquela época, porque ele gostaria de demonstrar, porque ele achou que o aumento era em excesso e daí tinha voltado lá para eles corrigirem, e no texto, a todos os Vereadores, tinha passado despercebido, mas como tinha sido, não foi, porque ele votou contra e continuava contra os aumentos, e justificando para eles, disse que estava tudo atrelado, se ele votasse contra o projeto, daí os moradores iam falar que ele era contra que diminuísse os impostos, não, e se ele votasse favorável ao projeto, ele estaria, no seu ponto de vista, apenas reduzindo aqueles valores e não dando espaço de discussão para outras pessoas, então, ele tinha que votar favorável ao projeto, por isso que ele precisava do pedido de vista, para ter um tempo maior para discutir com os Vereadores, para equilibrar aquela situação, para verificarem os índices, por isso a sua fundamentação, ele queria pelo menos poder ter ouvido aquele especialista, os funcionários da Prefeitura, o índice era aquele por causa daquilo, e lá estava falando que várias pessoas tinham entrado com recursos na Prefeitura, pessoas que tinham alto poder aquisitivo, um valor absurdo, e a Prefeitura tinha de corrigir que o carnê tinha vindo muito alto, e ele não tinha visto um recurso, cadê o recursos e por aquilo que ele pedia vistas, perguntou, ele gostaria de ver, a fundamentação legal para aprender; perguntou se eles poderiam propor ao Executivo, e disse que tinham de ouvir os demais, os outros locais, se não haviam outros erros, porque o ser humano era passivo ao erro, tinham de discutir, lá era a Casa de discussão, então, por isso tinham de pedir, o pedido de vistas, disse aos caros colegas Vereadores, se fazia baseado naquilo, para terem mais tempo de discussão, não tinham de ter pressa, o processo, o projeto era retroativo, aqueles senhores iam receber de volta os seus valores, se eles tivessem mais tempo; poderiam dizer que tiveram tantos outros dias, mas ele não fazia só aquilo, ele tinha outras atividades, como outros Vereadores, também, tinham outros projetos, tinham outras indicações, tinham de atender às pessoas, e não deu tempo, então, eles tinham de discutir e equilibrar, e será que tinha sido justo,

mas se ele votasse contra, ele seria contra a diminuição do imposto, mas se ele votasse favorável, poderiam dizer que ele se contradizia, porque ele tinha votado contra lá atrás, mas era claro, porque estava amarrado, estava uma coisa vinculada a outra, então ele precisava deles, e pediu para discutirem mais, e questionou se havia aquela possibilidade; disse que se eles entendessem da forma que as convicções deles entendessem, que fizessem o que cada cabeça deles, cada entendimento, que fizessem, porque era diferente e cada Vereador tinha o seu entendimento, e o simples ato de pedir a vista era para aquilo, para que eles pudessem discutir com mais tempo e equilibrar; agradeceu a atenção de todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez, dizendo que só para não perder o costume, cumprimentou a todos novamente, e falou que aquela era uma Casa, um Parlamento que se discutia e se discutia muito e ele achava que os presentes deveriam achar bom, porque eles tinham de discutir muito, e que tinham sempre aquela questão de um copo quando ele estava meio cheio, que para uns ele estava meio vazio e para outros ele estava meio cheio, então por isso que tinham os pontos de vistas; disse que o Vereador há vinte dias tinha pedido vistas no processo e ele não sabia o que tinha acontecido naqueles dias, porque a vida era dele, mas o Vereador não tinha convidado um funcionário da Prefeitura para ir esclarecê-lo, e ele não tinha precisado porque ele estava convicto, e que ele tinha participado junto com o Guga e com o vereador Bozó, com a anuência de todos, eles tinham destrinchado aquele projeto, e a proposta inicial do projeto era que fosse um aumento linear de oito vírgula setenta e cinco por cento, aquela era a idéia deles, a concepção deles, que ele diluísse o aumento que ele estava prevendo dos vinte por cento, nos quatro anos de mandato, aquela era a convicção deles, e o Prefeito tinha reagido, ele tinha uma bancada, ele tinha influência e aquilo fazia parte do jogo político, e naquela discussão que eles tiveram lá no Plenário, que tinha ido até assessoria do Prefeito esclarecer certas coisas, eles conseguiriam, para não perder, arriscar, ganhar tudo, ou arriscar perder tudo, e se eles perdessem tudo, o aumento linear ia ser de vinte por cento e eles fizeram uma contraproposta e o Prefeito tinha aceitado, que seria de oito vírgula setenta e cinco por cento, se ele não estivesse enganado, para os imóveis prediais construídos, e deixariam para ele inteiramente os vinte por cento dos lotes vazios, e aquele era o jogo político, fazia parte e ele tinha o interesse público de achar que ele precisava do aumento de vinte por cento, eles acharam que era exorbitante, jogaram para oito vírgula setenta e cinco, e no jogo político, chegaram que o predial seria oito e setenta e cinco e outro vinte, mas o Prefeito tinha mexido no mapa genérico mudando as categorias, e eles, Vereadores, também tinham feito aquilo, alterando alguma

coisa, eles mudaram as categorias para menor, no que o Prefeito tinha feito; naquele momento, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Adilson para que ele pudesse deixar aquela explicação para o projeto; o Sr. Adilson disse que ele só queria dizer que eles tiveram tempo, estudaram e tiveram tempo, o copo cheio, meio vazio, o que eles estavam querendo votar naquela noite, resolver naquela noite, era uma coisa que estava muito clara no pensamento dele, nas ideias dele, nas convicções dele, eles não estavam baixando o imposto de ninguém, eles estavam levando-o perto da realidade, porque o projeto tinha ido errado, porque o condomínio pagava pelo total e eles pelo lote de quinhentos metros, porque na verdade eles pagavam por mil e quinhentos metros, aquele erro tinha vindo da Prefeitura e eles não descobriram aquele erro, então, ele achava justo que fizesse aquela redução, porque tinha sido um erro, eles estavam levando para um patamar igual a todos, eles não estavam barateando de ninguém, estavam levando para um patamar, nem para todos, porque ainda tinha ficado um pouco acima, então, a questão da vista, só para concluir, o Vereador teve vinte dias e pelo que ele tinha falado lá, ele ainda não chegou à conclusão, e ele não sabia se mais vinte dias, ele ia chegar, mais seis meses, ele não sabia lá quanto que seria, ele não poderia, a Câmara tinha de trabalhar, a população cobrava e eles não poderiam protelar; disse que o Vereador ia todo dia lá protelando, protelando, precisavam decidir, era um direito do Vereador pedir e era obrigação dos vereadores decidirem; agradeceu a atenção de todos; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. William de Souza Silva, que cumprimentou a todos mais uma vez e falou ao culto e nobre Vereador Adilson, dizendo que ele se dirigia daquela forma àquele Vereador para tentar entender, porque ele tinha colocado, disse que ia resgatar a discussão da vista e que se ele fizesse a convocação da Prefeitura, se ia ser aceito o entendimento de protelação, porque ele tinha feito no outro e não tinha funcionado, porque ele estava querendo protelar e não tinha funcionado, e se ele fizesse lá, ele não fez, porque ele tinha deixado para outro, ele tinha deixado bem claro, de que ele ia fazer no primeiro, no outro estava à disposição para discutir e não tinha sido feito, então, só para deixar claro para a população como funcionava, até porque um colega, funcionário da Prefeitura tinha ido na Casa e dito que ele votava contrário e depois votava favorável, então, era só para deixar bem claro que não tinha mistério e uma coisa estava atrelada a outra, ele era contra o aumento abusivo dos impostos, aquela pessoas com condições financeiras tinham ido lá e conseguido entrar com vários requerimento e conseguiram corrigir, por isso estava a força lá; naquele momento o Sr. presidente pediu um aparte e disse que aquelas pessoas tinham entrado com uma ação e eles tinham sido vencedoras de

uma ação no Tribunal de Justiça de São Paulo, eles tinham uma liminar, dando a eles a possibilidade de não pagar o IPTU, então, o Município estava tentando com aquele projeto reverter até dar uma justificativa naquela liminar que o Município fez, um erro também, então, era isso que eles estavam tentando votar, o projeto o quanto antes também, e que existia também, aquela liminar que ele achava que o Vereador Zidane não sabia daquela liminar; o Sr. William de Souza Silva agradeceu o Sr. Presidente pela informação, pelo esclarecimento, era importante e ele não sabia mesmo; disse à população de Jaguariúna e a todos os presentes, que ele não sabia daquela liminar e que ela era importante, mas ele voltaria na função social daquele projeto, e disse quantas pessoas não tinham condições de entrar com a ação e chegar com aquele projeto no Tribunal de Justiça, porque era caro, e por isso que ele tentou discutir, e para finalizar e ser bem objetivo, disse que o aumento houve excessivo e a vista tinha o fator até para ele se resguardar, e ele foi contra porque ele achou que era abusivo, mas a tese dele lá estava coerente, ele votou contrário porque era abusivo o aumento e não tinham parâmetro para votar, estava corrigindo e ele gostaria que o Executivo corrigisse e denominasse os Vereadores que votaram a favor ou pelo menos tiveram aquela oportunidade, porque o Prefeito tinha colocado no ofício encaminhando para a Casa, que não tinha passado despercebido, mas não, por ele não, ele tinha colocado lá, então não tinha sido por ele, e teve aquele índice lá, que não tinha como ir contra, ele tinha sido contrário lá, mas naquele momento não tinha como ir contra, por aquilo que ele tinha pedido vistas, para discutirem mais, e disse ao Vereador Adilson que, infelizmente, o tempo que era pouco para ele, era muito para o Adilson e vice versa, a realidade do trabalho de cada um era diferente, então, não dava, e por isso que ele pediu vista, e cabia a cada um votar sim ou não, mas ele ia discutir sempre, por maior discussão, e se ele achava que ele estava protelando, ele não era cartorário, ele era Vereador, ele não ia lá e carimbava as coisas, era o entendimento dele, respeitando o entendimento do outro, aquele era o dele e ele não estava lá para carimbar e votar projetos naquela pressa, para ele o tempo não era suficiente e até porque não ia gerar prejuízo naquelas pessoas, seria retroativo e se eles ficassem um ano, ia ser um ano retroativo, aquilo era bem claro, estava expresso lá, não era ele que estava falando, estava na legislação e se eles votassem lá em dezembro, próximo da chegada do Papai Noel, ia ser retroativo, então, não tinha nenhum prejuízo para a população, mas era claro que tinham de acelerar, as pessoas estavam lá com os seus carnês, para fazer os pagamentos, por aquilo que ele não poderia ir contra, então, só para fundamentar a vista dele, que era importante, só para os Vereadores

entenderem, mas ele respeitava a opinião dos outros Vereadores. A seguir, em votação o pedido de vistas do Sr. William de Souza Silva ao Projeto de Lei Complementar nº 006/2014, do Executivo Municipal, foi o mesmo rejeitado por dez votos contrários sendo um favorável do Sr. William de Souza Silva. A seguir, em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 006/2014, do Executivo Municipal, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos e disse que a respeito daquele projeto, que era competência do Executivo, ele tinha de encaminhar para o Legislativo, e quando chegou na Casa estava corrigindo em cento e cinquenta por cento os valores de terreno e de construção e a Câmara tinha acatado aqueles cento e cinquenta por cento, tanto que tinha ficado no projeto, e ele tinha encaminhado, a alíquota era um e meio por cento, e ele encaminhou o projeto reduzindo, era um e meio e o projeto tinha vindo para zero, setenta e dois para terreno vazio e na construção era zero vírgula quatro por cento e ele encaminhou para zero, dezenove por cento, com aquela redução da alíquota o imposto basicamente subia vinte por cento para o terreno vazio e oito ponto setenta e cinco por cento para terreno com construção, daí em discussão, acharam que era um valor meio excessivo e eles sabiam que a população brasileira pagava muitos impostos, então, achou-se por bem reduzir aquela alíquota e a alíquota que tinha sido proposta para a Câmara, onde tinha construção ao invés de ser zero dezenove, ficou zero cento e setenta e quatro e com aquilo, para na grande maioria onde pagou de imposto, com acréscimo de oito ponto setenta e cinco por cento, basicamente tinha sido aquilo; com relação aos condomínios, grande parte tinha vindo do Executivo, mudando de uma zona, a zona de valor de uma zona para outra, e lá eles fizeram alteração para mais, só em duas; disse que na Quinta da Bela Vista, a zona quatro, o projeto do Executivo era zero dois e ela tinha ficado na zona zero três, Quinta da Bela Vista, também, alterando para mais; o Vitória Residence que era zona sete, no projeto que o Executivo tinha mandado para zero cinco, a Câmara mudou para zero três, aquele a Câmara aumentou e estava reduzindo para zero cinco; Lago da Barra, também, tinha acontecido aquilo, que era antes em dois mil e treze era zona nove, com o projeto que tinha vindo para Casa, era zona quatro e a Câmara mudou para zona três, e aqueles dois, eles alteraram para mais, a grande maioria dos condomínios foi o próprio Executivo que encaminhou o projeto e ficou, tinha sido aprovado lá da forma que o Executivo tinha mandado e alguns bairros, também, que a Câmara tinham mandado para cima, a Câmara achou por bem diminuir, que São Pedro estava inserido na zona seis, que era um valor e o projeto estava colocando-a na zona quatro, então, aumentava muito lá, subia duas zonas de valores, daí a Câmara mudou São Pedro para zero

cinco, Colinas do Castelo, do Executivo era zona cinco, a Câmara baixou para zona seis e o Country Ville um e dois, que era zona sete, o projeto do Executivo era Zona três e a Câmara mudou para zero cinco, então só em dois que eles colocaram para cima e em três que o Executivo tinha aumentado e a Câmara achou por bem diminuir, então, aquele projeto estava distorcendo aquelas distorções que vieram de lá e que a Câmara também acabou fazendo aquele acréscimo; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez, dizendo que ele não acreditava que aquele projeto fosse polêmico, era uma questão de correção mesmo, e só acrescentando o Vereador Bozó tinha falado, quanto maior o número da zona, mais baixo era o imposto, era o valor venal, quanto menor o número, menor o imposto, e ficou bem claro que no Vitória Residence e no Lago da Barra, a Câmara e mais exatamente ele, o Bozó e o Guga, entenderam que cabia um aumento e nos outros eles fizeram baixo, porque eles foram traídos pela complexidade do projeto, então, eles acharam que o terreno lá era de quinhentos metros, fizeram as contas, estava dentro de um padrão ideal, mas os condomínios pagavam pelo valor ideal, e no caso do Lago da Barra era multiplicado, praticamente, por três e nos outros loteamentos por mais de dois, então, realmente, aquilo daria uma diferença muito grande que a Câmara devia, a complexidade passou, e o Prefeito fez a maioria, disse ao Vereador, e quando eles estavam falando lá, eles não estavam diminuindo o valor de ninguém, eles estavam levando para um patamar razoável para aqueles que foram exorbitados, e entendia que a Câmara queria oito vírgula setenta e cinco para todo mundo, na negociação que fazia parte do jogo político, chegaram aquele consenso, o lote vazio teria um aumento total do que o Prefeito queria, que era vinte por cento e o predial ia ter oito vírgula setenta e cinco, e fizeram aquele acordo, porque eles tinham firmado um acordo no fio do bigode com o Prefeito, com a Administração, que o aumento do predial que tinha sido só de três por cento, ele teria a oportunidade de fazer aquela correção nos próximos anos e o aumento que ele tinha dado o total de vinte por cento para os lotes, ele fecharia e não daria mais aquele aumento de correção e sim só o aumento do índice inflacionário, então, tinha sido fechado aquilo, quando completasse o ciclo, ia estar dentro de um patamar razoável, era aquilo que ele queria dizer, eles não estavam abaixando o imposto, eles estavam corrigindo um valor exorbitante que tinha passado por eles e se tinham três pessoas que poderiam, que eles deram para eles aquela liberdade, eles pediram para eles, tinha passado por eles e eles passaram para eles, aquilo tinha sido um erro deles e o erro era humano, então, eles estavam pedindo, a sociedade estava pedindo, era uma correção daquilo, eles estavam abaixando um imposto de rico, não

estavam fazendo nada, eles estavam corrigindo uma exorbitância, eles não queriam criar uma polêmica em cima daquilo, porque era uma coisa bem técnica, clara, e eles queriam ser justo e tranquilos; agradeceu a todos; em seguida, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos e disse ao Sr. Presidente e ao Vereador Adilson que tinham lhe antecedido na fala, ele só gostaria de deixar bem claro naquela questão do projeto, mais um fundamento para ele tentar deixar claro para a sociedade que ele ia ter de votar favorável ao projeto porque tinha uma decisão judicial, foi exposta pelo Presidente da Câmara e decisão judicial, ordem da Justiça eles não questionavam, eles cumpriam, então ele não poderia ir contra o entendimento dos advogados que contaram peças, que foram lá e verificaram o erro no projeto, e não ele teria de votar favorável e pedia aos colegas que votassem favoráveis ao projeto, porque houve uma correção que precisou entrar na Justiça para corrigir e também houveram situações que passaram lá despercebidos por alguns Vereadores, mas que era normal, aquilo acontecia como em qualquer entidade, erros todo mundo estava factível a cometer, então, ele só queria deixar bem claro que ele não ia falar que aceitou, mudou de idéia, ele lá atrás, não votou, foi contra, porque ele sabia que os valores ele não tinha embasamento suficiente e as questões eram obscuras, por isso que ele tinha votado e outros Vereadores o acompanharam naquela questão, tiveram suas opiniões, então, ele queria deixar bem claro que ele não tinha votado lá, ele foi contra os aumentos e lá ele era favorável, porque tinha uma decisão judicial que reconheceu o que ele tinha defendido lá atrás, então, ele era favorável ao projeto; agradeceu a todos. A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 006/2014, do Executivo Municipal, que substitui a Tabela I e o Mapa da Lei Complementar Municipal nº 240/2013, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2014, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei Complementar nº 007/2014, do Executivo Municipal, que dá nova redação ao art. 4º e revoga o art. 10 da Lei Complementar nº 160/2010, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria e da Corregedoria da Guarda Municipal no Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I. cc art. 142 da LOM). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº

023/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou os presentes e disse que ele gostaria de contar com a presença do Sr. Vice Presidente da Casa, o Vereador Adilson Abracez, que naquele momento encontrava-se ausente do Plenário; o Sr. Presidente disse que ele tinha todo argumento para sair da sessão naquele momento, ele tinha aquela prerrogativa; o Sr. William, então, disse que conforme determinava a forma regimental, o requerimento que ele queria apresentar lá, ele seria apresentável há qualquer fase, momento da iniciação da Câmara e era endereçado ao Vice Presidente; (naquele momento o Sr. Vice Presidente, Vereador Adilson José Abracez, retornou ao seu lugar) e o Sr. William continuou sua fala, dizendo ao Sr. Vice Presidente e demais colegas Vereadores, que de forma muito triste ele foi surpreendido em algumas ações da Câmara, em alguns questionamentos que ele tinha feito no exercício do mandato, e teve lá a imagem dele negativada, denegrada perante a sociedade; fez algumas colocações no exercício do mandato, pediu várias vezes ao Sr. Presidente para chamar, convidar aquelas pessoas a estarem lá, que denegriram a imagem dele, levaram ao conhecimento da população, informações distorcidas que não condiziam com a verdade, e se eles tinham de ter a responsabilidade de tratar as pessoas com respeito, questionou porque eles, Vereadores, não tinham segurança lá nas atribuições deles, dentre elas uma situação que ele tinha pedido ao Sr. Presidente, foi a identificação daquele cidadão que ficava lá e tirava foto, que vinha se apresentando como jornalista por diversas vezes, ele lhe tinha procurado, e ele falou que só dava entrevista para ele se ele se identificasse e mostrasse a identificação de jornalista, como ele fazia com os demais órgãos da imprensa, e ele estava aberto, democrático e estava à disposição a qualquer meio de imprensa, e tinha sido denegrido a imagem dele, colocado lá que a imprensa foi procurar por ele e ele perguntou para a assessoria de imprensa e ninguém lhe tinha procurado na Câmara; disse que o excesso de atitudes do Sr. Presidente mais uma vez lá corroborado, o chamou de mentiroso na Câmara e ele estava

com documento por escrito; disse que o Sr. Presidente o colocou perante uma situação e passou lá um requerimento naquele dia, para ele no prazo de cinco dias se explicar perante uma publicação do jornal, aliás, o Sr. Presidente não entrou em contato com o jornal, e aquele mesmo procedimento ele tentou fazer, tentou de uma forma amigável, o Sr. Presidente convidava àquelas pessoas, porque ele tinha laços pessoais, proximidade com aquele jornal, tinha uma pessoa que tinha sido contratada lá pela Câmara que tinha ligação com aquele jornal, era a jornalista responsável, segundo constava, mas ele não viu a inscrição, o órgão, MTB, mas aquela pessoa se apresentava como jornalista responsável, e a identificação que ele tinha pedido para o Sr. Presidente daquela pessoa, era justamente por isso, a pessoa tinha ido lá, se exposto, eles tinham um mecanismo de se defender, a pessoa não tinha identificação, não só para ele, como outras pessoas, não quis se identificar, e falou que era um jornalista do “Blog de Jaguariúna”, mas não tinha apresentado identificação, apresentou para o Presidente, mas ele pediu e não forneceu e o que o deixava chateado no exercício do mandato, era a forma como ele tinha sido exposto lá, o Sr. Presidente, a todo o momento ele se colocou à disposição dele, ele foi lá, falou que pessoas estavam procurando por ele, fazendo cadastramento, que ele estava enganando, ele confessou, colocou lá na tribuna, e se o Sr. Presidente tinha imunidade, só ele que tinha; disse que o Sr. Presidente estava enganando a população, ele estava afirmando, então, ele tinha feito um requerimento, que aquele requerimento ele poderia ser apresentado em qualquer fase da sessão, conforme dizia o Regimento Interno, perfeitamente previsto, sobre a atitude do Presidente, pedindo a destituição da Mesa e a saída do cargo do Presidente da Câmara, após um procedimento, um requerimento às informações levantadas; falou que o Sr. Presidente não poderia, no exercício do mandato dele, se exceder das atribuições a ele conferida, utilizar de recursos humanos da Câmara para mandar a funcionária entrar em contato com a empresa, ARTEC, sem antes consultá-lo, sem antes fazer um requerimento daquele e falar: “Vereadores, o que o Vereador estava fazendo, o que o Vereador estava fazendo, estava prometendo casas, as pessoas foram procurar por ele, falando que ele estava fazendo inscrição de casa popular, e ele estava à disposição para discutir”; tinha lá a Vereadora lotada na Secretaria de Habitação, ele conversou com ela algumas vezes e ela falou, realmente, Vereador, tinha ido algumas pessoas falando que fez inscrição com ele lá, e ele falou que o que estava sendo feito era isso, ele colocou à disposição do Sr. Presidente que o Deputado Fernando Capez esteve na Casa, ouviu a reivindicação dele, ele mostrou o abaixo assinado, veio no Município, fez documentos, tinha documento que ele

tinha intercedido junto à Secretaria Estadual de Habitação, anteriormente, à matéria publicada que “Vereador estava enganando à população”, e antes da afirmação do Sr. Presidente ele não tinha sido ouvido, ele não tinha sido submetido a eles, então, o que estava acontecendo, perguntou, e por aquilo que ele tinha feito um requerimento, solicitando ao Jurídico da Câmara, para eles equilibrarem; disse que ele teve de contratar um advogado particular para defendê-lo no exercício do mandato e dentro da Câmara; disse que o Sr. Presidente excedia às prerrogativas dele, e só aquele funcionário pago com o dinheiro público tinha entrado com a empresa ARTEC, para a confecção de dois banners, e aqueles dois banners com dinheiro público, aqueles banners foram afixados por funcionários de carreira da Câmara, aqueles banners que foram expostos, aliás eles foram fixados em uma sexta feira, no sábado eles estavam no jornal, e o contrato que o nobre Vereador tinha colocado lá, que já tinha sido renovado, no ponto de vista dele, ele fugia ao interesse público, e ele queria a resposta por escrito, ele queria saber se havia um vínculo do Sr. Presidente com aquele jornal, ele queria saber toda a cópia do contrato social daquele jornal, ele queria saber se a pessoa foi contratada, mas legal, aquilo não era pessoal, ele só queria ser justo e agir de acordo com a lei, mas aquela pessoa tinha sido contratada, jornalista responsável do jornal pela Câmara, o contrato inclusive ele remunerava a pessoa nos períodos de férias, de recesso parlamentar, ele remunerava as pessoas quando não tinha sessão, tinham lá funcionários de carreira que envolvia o TI, estagiários, assessor de imprensa que poderiam estar, ele via lá as câmeras que ficavam fixadas para fazer as filmagens, e não havia alta tecnologia, era uma simples câmara, e será que os funcionários da Câmara não poderiam realizar aquelas filmagens, e tiveram de fazer outro contrato, e um CD custava em média no mercado dois reais, e pagava cento e sessenta reais apenas para umas filmagens e sete mil novecentos e oitenta reais por ano, por aquele serviço que poderia muito bem ser economizado frente à vários questionamentos de falta de dinheiro, mas a Câmara tinha ido lá e contratado, e aquela senhora que tinha livre acesso à Câmara, ela resolveu por livre e espontânea vontade denegrir a imagem do Vereador e ela se sentia blindada com o Sr. Presidente, aliás ela tinha ligação com os dois outros jornalistas que lá estavam filmando, que se apresentaram como jornalistas e tinha livre acesso e eles não tinham segurança; disse ao Sr. Presidente que ele era um Vereador que tinha de prestar contas com a sociedade, mas ele estava lá e conforme o Regimento Interno ele tinha de preservar a segurança jurídica de todos e aquela pessoa não queria se identificar, porque ela tinha pedido informação de CPI, e ele falou que tinham

outro Vereadores e ela não quis entrevistar outros Vereadores, ela tinha ido direto à pessoa dele e tinha feito publicações, injúria, difamação contra a pessoa dele, e ele não tinha segurança jurídica lá nas falas dele e ele não podia falar, porque no dia seguinte saíam informações distorcidas, e não era pessoal a ninguém, ele só queria ser justo e que da mesma forma que apresentaram um requerimento que ele tinha de ir lá e prestar informações que a Câmara recebia recursos necessários, aquele requerimento, o Sr. Presidente se explicasse, dentro de um processo lógico, ele deveria explicar as atitudes, e ele ia ter todas as informações, inclusive não expor daquela forma, e pediu para que desse a ele outro entendimento que aquilo não era denegrir a imagem, e quantos jornais, e anteriormente, eram três mil exemplares e naquela semana foram quatro mil, mudou de mil para cima e não tinham a gráfica estipulada, e perguntou onde era a gráfica que fazia a impressão daquele jornal e tinha a jornalista responsável daquele jornal, prestando serviços na Câmara, aliás, a condição que era dada àquela jornalista na Câmara, ela equiparava ao funcionalismo da Câmara, até a eles, Vereadores, então aquele contrato precisava ser discutido, aquele contrato precisava ser analisado e no ponto de vista dele, aquele contrato estava contrário ao interesse público, a população poderia ter aqueles descontos; disse que naquele dia ele ouviu uma pessoa de oitenta e nove anos, que reivindicou a ele que não tinha remédio no Município, e aquela senhora era dos Dal Bó, que morava no centro, aquela família antiga, ele ia parar de ir no médico porque não tinha remédio na cidade de Jaguariúna, e eles estavam lá gastando em excesso, e o Regimento Interno estava expresso; naquele momento o Sr. Presidente avisou ao nobre Vereador que o tempo dele havia se encerrado, já tinha dado dez minutos; o Sr. William disse ao Sr. Presidente que a fala dele não tinha tempo e que ele ia falar ao Vice Presidente; o Sr. Presidente disse que era o uso da palavra e que o tempo dele na explicação pessoal havia se encerrado; o Sr. William disse que tinha um requerimento e o Sr. Presidente disse que o requerimento depois ele protocolaria na Casa, porque o tempo dele havia se encerrado; o Sr. William disse que não ia protocolar na Casa não, então, o Sr. presidente disse mais uma vez que o tempo dele havia se encerrado; o Sr. William perguntou se ele poderia ler o Regimento para os Vereadores; o Sr. Presidente disse que ele protocolaria na Mesa e que o tempo dele havia se encerrado; o Sr. William então, disse que não, porque ele tinha um requerimento endereçado e que inclusive... naquele momento o Sr. Presidente disse que a palavra do Vereador estava cortada, e que o tempo dele estava encerrado, ele estava no uso da palavra, era o Regimento e ele estava cumprindo o Regimento; o Sr. William disse que ele era um Vereador e que

não podia se expressar; o Sr. Presidente explicou que ele estava no uso da palavra e que tinha dez minutos para fazer uso da palavra e que o tempo dele havia acabado, e que ele poderia protocolar depois o requerimento lá na mesa ou onde ele quisesse protocolar, mas que tinha acabado; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que ele só gostaria de responder ao nobre Vereador, que o nobre Vereador estava, realmente, com ataque de resquícios policiais, queria dar carteirada em todo mundo, saber quem estava indo lá filmar, enfim, com síndrome de perseguição; o pessoal que estava lá, estava fazendo o trabalho deles, e voltou a dizer que o requerimento que ele tinha feito, mais uma vez, era o requerimento interno da Casa, era para ser discutido internamente, e aquilo que ele falava lá dentro, aquilo que ele tinha deixado claro para a imprensa local, era que ele tinha falado que o dinheiro da Câmara estava sendo usado para pagar jornal local e não era verdade, aquele esclarecimento que ele tinha de dar depois, então, as palavras dele e aquilo que ele tinha falado lá, ele tinha plena convicção de que ele poderia falar e assumir em qualquer momento, aliás, daquilo que ele tinha falado a respeito do Vereador William; disse que com relação aos servidores da Casa, tudo aquilo que eles faziam à pedido dele, ele era responsável por aquilo, tanto nas questões de se executar banner que tinha sido feito, foi prerrogativa dele e ele que tinha mandado fazer, porque todos os Vereadores o procuraram, ele não ia falar todos, o Adilson não, alguns não, mas a grande maioria tinha lhe procurado falando que ele estava fazendo inscrição para casa populares, e ele tinha de se justificar para toda população dizendo que ele não estava, não a ele, então, ele tinha de fazer; com relação ao trabalho lá, principalmente, da área jurídica, ele tinha a certeza de que tinha prestado um serviço e sempre prestou à contento àquela Casa, há longa data e incrivelmente os problemas só aconteciam com aquele Vereador e não dava para entender, estava todo mundo errado, só aquele Vereador estava certo, e era o entendimento dele, e ele não tinha o interpelado em nenhum momento; disse que o Vereador achava que estava todo mundo contrário, ele tinha síndrome de tudo, todo mundo estava perseguindo-o, e era ao contrário, porque estava todo mundo indo lá, aquilo que ele fazia, a encenação que ele fazia e depois votava contrário; disse que o Vereador queria abraçar a Deus e o diabo ao mesmo tempo, então, disse que ele ficava até “assim”, porque tinham pessoas que entravam no calor da discussão e não sabiam nem o que ia acontecer depois; às vezes, começavam a tomar atitudes, se exaltavam lá no Plenário, também, e que todos estavam fazendo tudo errado, e o Vereador estava fazendo tudo aquilo que ele estava achando que não ia fazer, então, não poderia ser daquela forma,

eles tinham de ser um pouquinho mais claro nas atitudes deles, principalmente, perante àquela Casa; e ele voltou a dizer que o Vereador estava preocupado com questões internada daquela Casa, e que questões internas ou externas daquela Casa, até trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, era por responsabilidade dele e se aquele Vereador quisesse discutir com ele, eles iam sentar em uma mesa e não no plenário da Câmara; voltou a dizer que tudo aquilo que o Vereador tivesse protocolado, se pela maioria quisesse passar pelo Plenário, estava à disposição, ele era aberto àquilo e era democrático aquilo, e quanto às conduções do trabalho da Casa, a responsabilidade era dele e ele tinha plena convicção e plena certeza da capacidade dos funcionários, que tinham feito muito a contento até aquele dia e ele tinha a certeza de que estavam prestando um serviço a contento, mas se achassem que deveria aumentar funcionários, contratar mais pessoas, daí cabia a outra mesa, porque da parte dele ele não iria contratar, ele achava que estava bem, muito bem estruturada a Câmara e o Vereador tinha demonstrado, rapidamente, que ele tinha um assessor, um advogado que tinha feito rapidinho uma petição, rapidamente, então, ele não estava desamparado, também; disse que o Vereador tinha pessoas que o auxiliava no dia a dia, estavam lá para ajudá-lo, ele não estava desamparado, ele tinha um escritório junto ao estabelecimento comercial que era relativo na prestação de serviço na área jurídica, então, ele achava que o Vereador estava muito mais amparado do que todos eles na área jurídica; disse que ele conhecia do conhecimento jurídico do Vereador, mas ele voltava a dizer que o Vereador estava querendo questionar situações internas que teriam de ser discutidas internamente, e que externamente não ia sair, e aquela justificativa que ele tinha pedido ao Vereador, que ele tinha falado em um jornal que a Câmara estava gastando dinheiro para pagar outro jornal, então estava lá a sua fala; desejou uma boa noite a todos. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezoito de junho de dois mil e quatorze, quarta-feira, conforme requerimento aprovado naquela sessão, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Referente à Ata da 14ª Sessão Ordinária, realizada aos 10 de junho de 2014.

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

